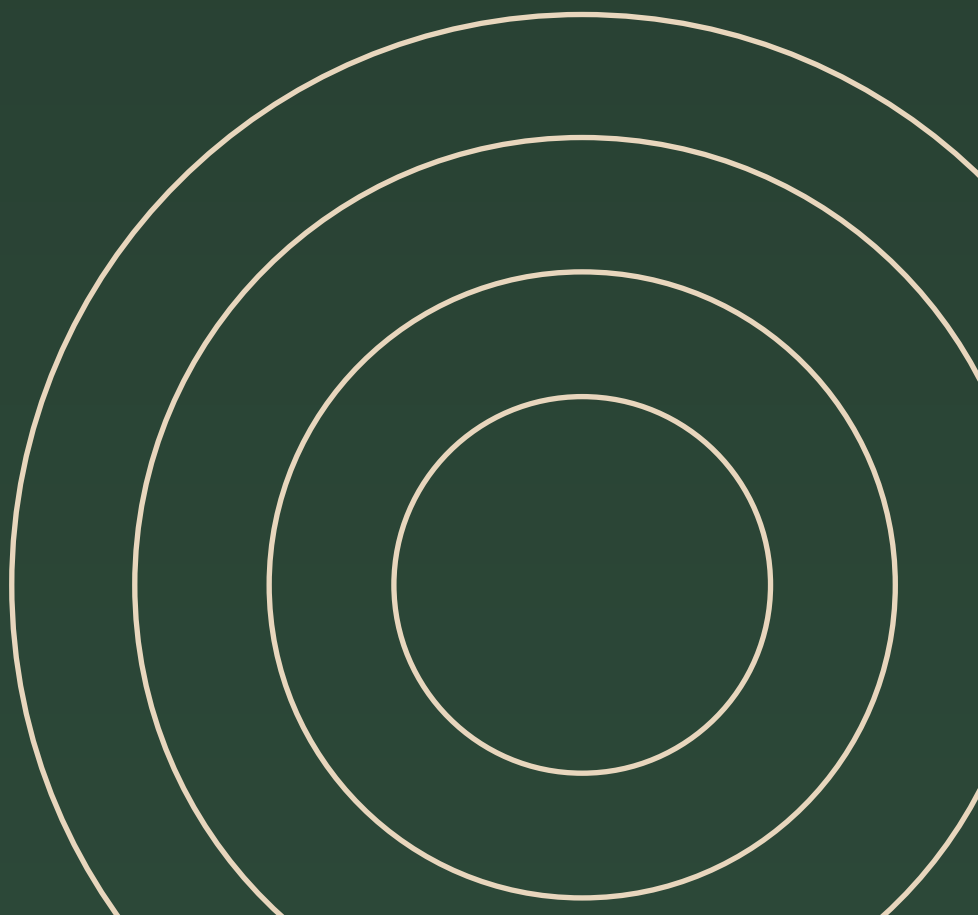
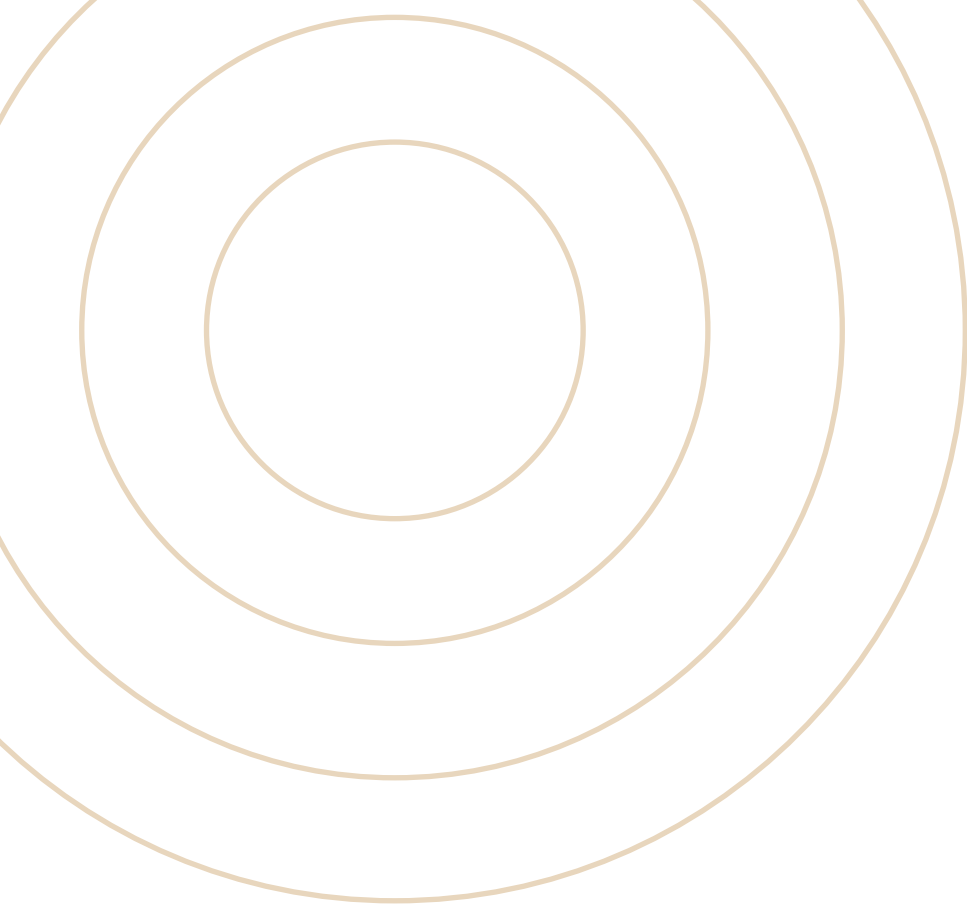




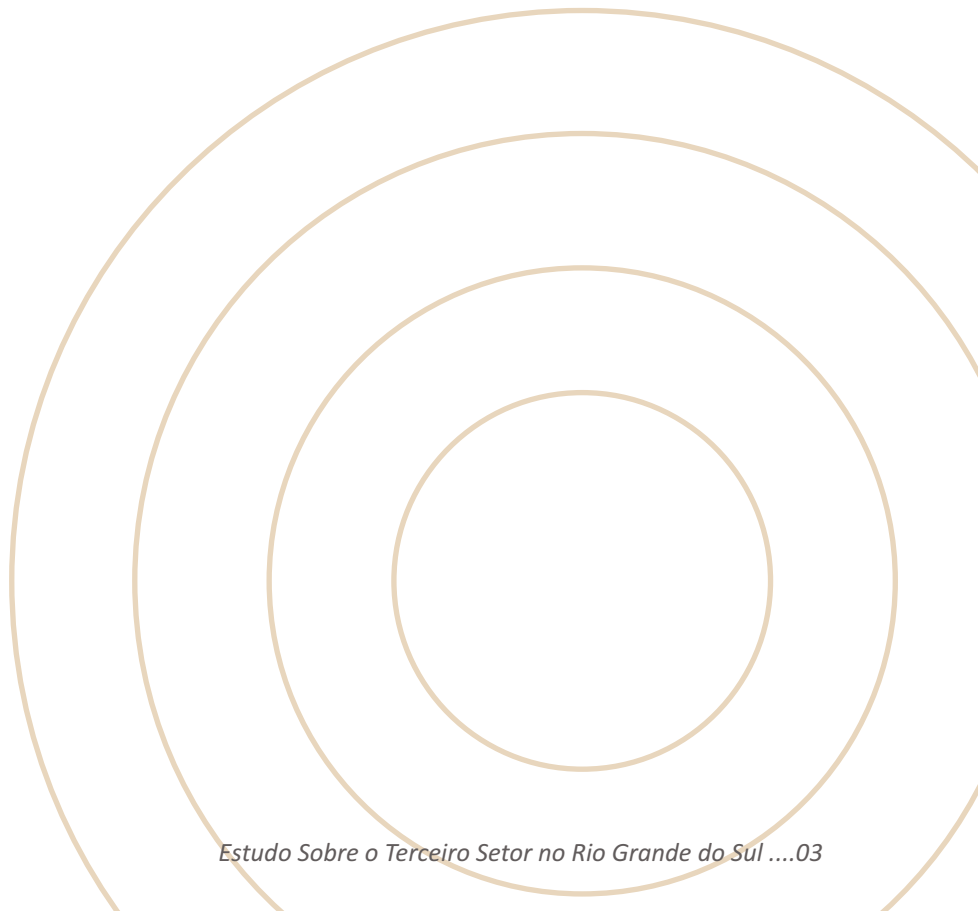
Estudo Sobre o
Terceiro Setor no Rio Grande do Sul
Perfil, Gestão e Impactos Sociais

Observatório do Terceiro Setor





Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul: perfil, gestão e impactos sociais



Diretoria Executiva da Fundação Irmão José Otão

Álvaro Gehlen de Leão
Presidente

Ana Lúcia Suárez Maciel
Vice-Presidente

André Hartmann Duhá
Secretário Executivo

Coordenadora da Pesquisa
Rosa Maria Castilhos Fernandes

Equipe Técnica da Pesquisa
Xênia Maria Tamborena Barros
Rita Patussi
Maria da Glória de Paula

Capa e Gráficos
Guilherme Prato Marques

Design Editorial
Patuá Comunicação Responsável
www.patua.org.br

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fernandes, Rosa Maria Castilhos.

Estudo sobre o terceiro setor no Rio Grande do Sul : perfil, gestão e impactos sociais / por Rosa Maria Castilhos Fernandes, Ana Lúcia Suárez Maciel, Xênia Maria Tamborena Barros -- 1. ed. -- Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2011.

52 p.

Pesquisa realizada pelo Observatório do Terceiro Setor (OTS), da Fundação Irmão José Otão (FIJO), entre os meses de outubro de 2009 e novembro de 2010.

ISBN 978-85-64048-01-0



1. Terceiro Setor : Rio Grande do Sul 2. Desenvolvimento Social 3. Políticas Públicas 4. Gestão Social 5. Impactos Sociais I. Maciel, Ana Lúcia Suárez. II. Barros, Xênia Maria Tamborena. III. Título.

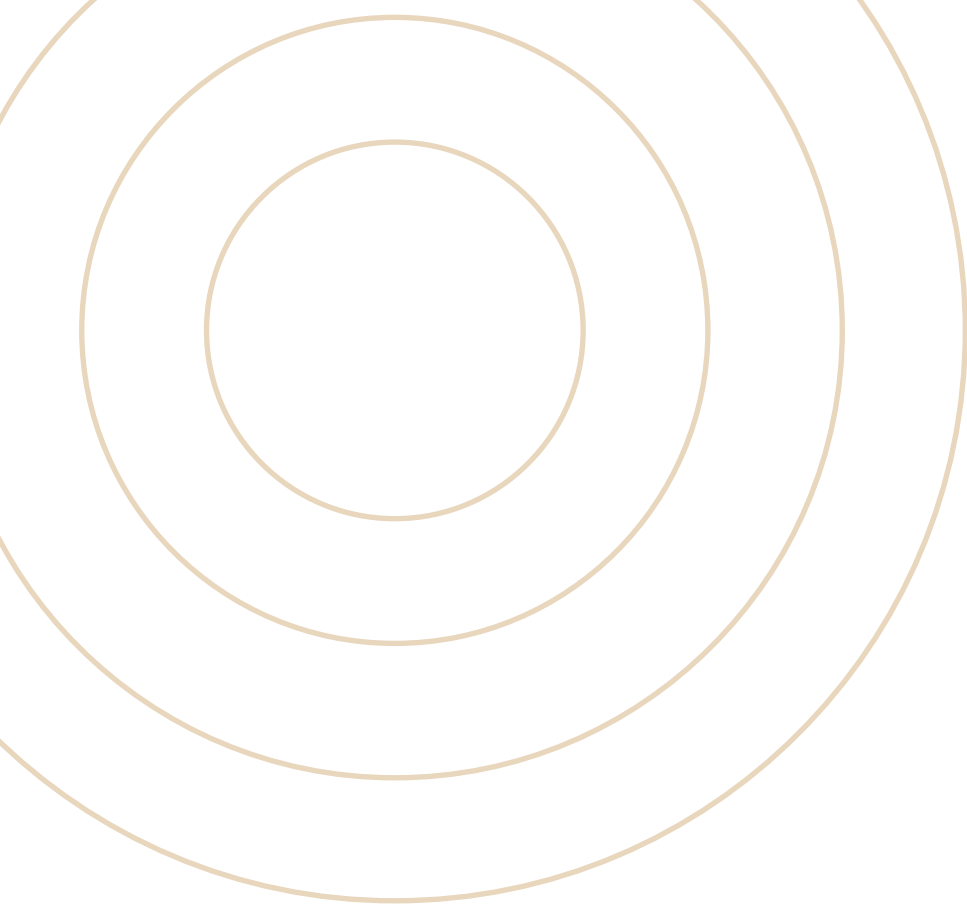
CDU 342.7(816.5)

Bibliotecária Responsável
Marialva M. Weber CRB 10/995

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1 INTRODUÇÃO	09
2 NOTAS TÉCNICAS DA PESQUISA	11
2.1 Problemática	11
2.2 Objetivos	11
2.3 Questões Norteadoras	11
2.4 Unidades de Análise	11
2.5 Procedimentos de coleta e análise dos dados	11
2.6 Mapeamento e sensibilização das entidades	12
3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	13
3.1 Perfil das entidades	13
3.2 Gestão das entidades	21
3.3 Projetos sociais e impactos sociais	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
APÊNDICES	
Apêndice 1: Tabela da Gestão do Trabalho	38
Apêndice 2: Questionário do Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul 2009/2010	39
Apêndice 3: Glossário	47

Terceiro Setor no Rio Grande do Sul



APRESENTAÇÃO

Este documento condensa os resultados da pesquisa intitulada “Estudo Sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul (ETSUL)”, que foi realizada pelo Observatório do Terceiro Setor (OTS), da Fundação Irmão José Otão (FIJO), entre os meses de outubro de 2009 e novembro de 2010. O OTS foi criado com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento social do Rio Grande do Sul. Esta contribuição se dá por meio de um conjunto de atividades que, de forma articulada, dialogam com as organizações do Terceiro Setor, com a esfera pública estatal e com os diferentes movimentos sociais e fóruns do controle social democrático, que defendem a efetivação de políticas públicas que tenham como pilares: a emancipação da cidadania, a sustentabilidade da gestão social e a garantia dos direitos sociais da população gaúcha. O compromisso com o conhecimento socialmente responsável e com a consolidação da esfera pública são os principais elementos que alicerçam a concepção e a prática dessa experiência no contexto das organizações de Terceiro Setor.

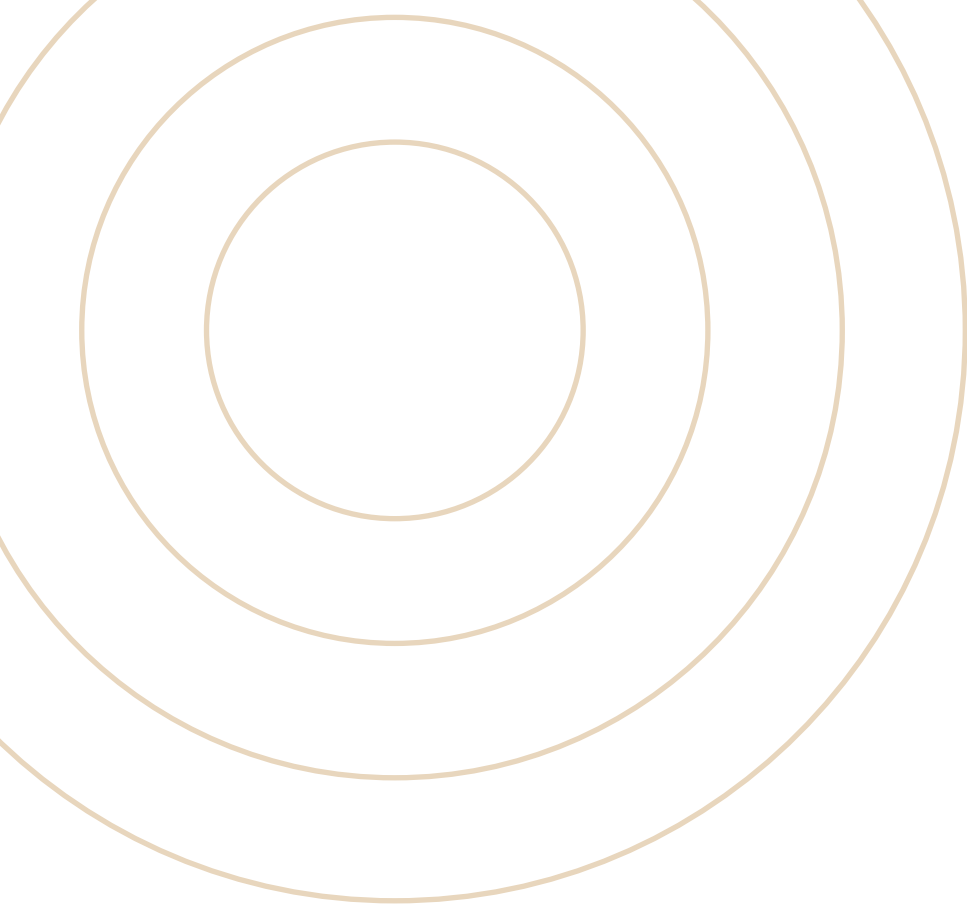
A participação das entidades nesse processo de investigação foi de suma importância, e deve-se destacar que a partir dessa adesão é que foi possível a sistematização deste documento. A mobilização dessas entidades representa a crença na contribuição que a pesquisa pode dar para o avanço do conhecimento e, consequentemente, das práticas nesse setor.

As informações aqui socializadas ficarão à disposição da sociedade civil, do poder público, dos órgãos de controle social, das universidades e de todos os atores envolvidos e/ou inseridos no campo do Terceiro Setor que tenham interesse em conhecer e acompanhar os movimentos e as características deste setor no contexto do Rio Grande do Sul (RS). Além disso, é por meio da publicização desses achados que cumprimos com o nosso compromisso ético de retornar aos sujeitos pesquisados, gestores das entidades pertencentes ao Terceiro Setor do RS e demais cidadãos da sociedade gaúcha os resultados da pesquisa.

O presente documento contempla aspectos referentes ao perfil das entidades, ao modo de gestão e aos impactos sociais produzidos pela efetivação dos projetos sociais desenvolvidos pelas entidades participantes da pesquisa.

**Agradecemos a todos e a todas!
Boa leitura!**

Equipe do Observatório do Terceiro Setor da Fundação Irmão José Otão.



INTRODUÇÃO

O contexto em que se insere a atuação do denominado Terceiro Setor no Brasil está diretamente relacionado ao modelo de gestão social que o Estado vem adotando a partir da última década do século XX. Esse modelo tem demonstrado que há uma clara opção por partilhar as demandas sociais que emergem da questão social com os demais setores da sociedade, conformando um novo modelo de gestão social. Como decorrência desse processo, verifica-se uma ampliação da atuação do Terceiro Setor que requisita a necessidade de apreender a sua configuração em função da sua finalidade pública.

O Terceiro Setor é um campo polêmico e heterogêneo; fazem parte dele entidades de iniciativa privada, sem fins lucrativos, que possuem em comum, fundamentalmente, os propósitos públicos. Esse setor tem incidido no campo das políticas públicas, por intermédio da operacionalização de projetos, programas e/ou serviços sociais que buscam o atendimento das necessidades sociais dos beneficiados por essas iniciativas; torna-se, portanto, indispensável apreender a lógica que movimenta a sua atuação.

A lógica que se desenha por meio das diversas formas de parcerias, tanto estatal quanto privada, na gestão das políticas públicas, aponta para uma radical mudança nas relações entre o Estado e as organizações da sociedade. Ela requer uma atenção particularizada, no sentido de conhecer a dinâmica desse setor, para que se possa deflagrar um processo de monitoramento e avaliação não somente do modo de gestão, mas também das mudanças e dos efeitos causados pelas ações desenvolvidas por essas entidades do Terceiro Setor na realidade em que estão inseridas.

Com base nesse escopo, a pesquisa apresentada neste relatório objetiva socializar os resultados do Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul (ETSul), contemplando aspectos contextuais da realidade do Terceiro Setor e destacando o perfil, o modelo de gestão e o impacto das ações desenvolvidas no referido Estado.

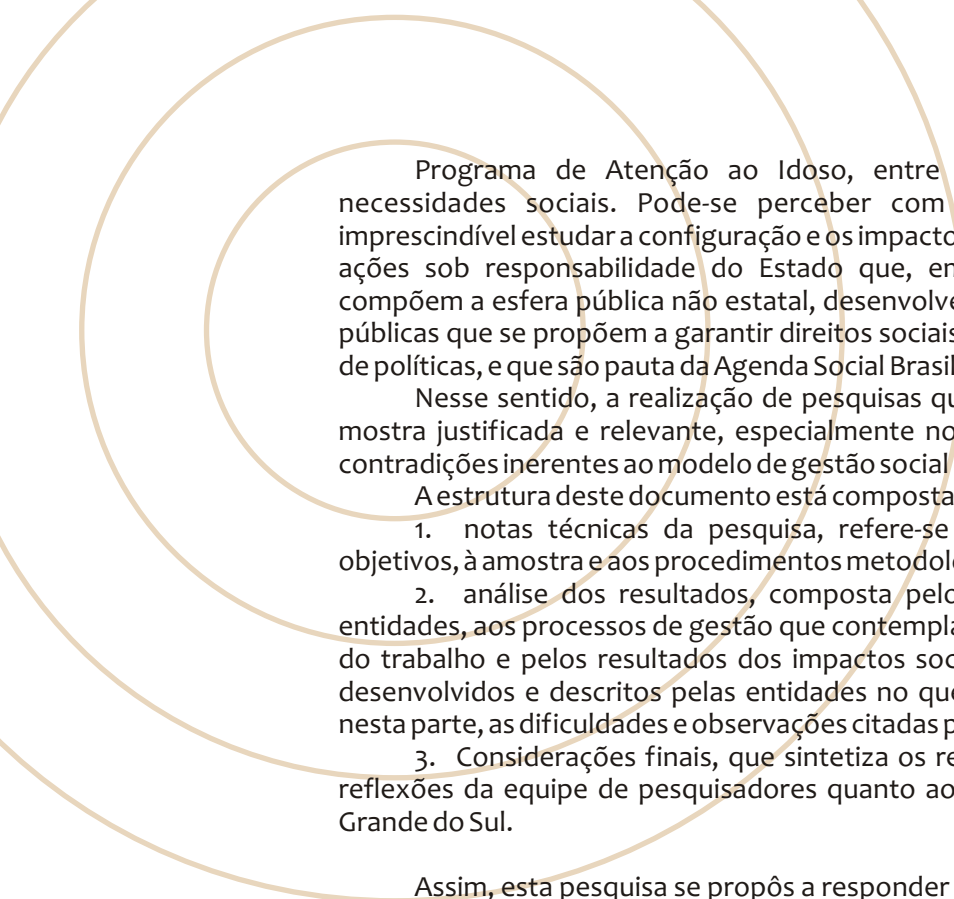
Embora se tenha conhecimento de diferentes estudos, dissertações e teses no campo acadêmico sobre o chamado Terceiro Setor, há de se reconhecer a necessidade de avançar na investigação considerando o cenário do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, parte-se do reconhecimento de que diferentes pesquisas que tratam sobre a temática apontam relevantes informações e indicadores concretos que comprovam o crescimento e a importância do papel do setor no compartilhamento da gestão das políticas públicas no país. A título de exemplo, pode-se citar a segunda edição da pesquisa intitulada “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL)”¹; ela mostra que, no ano de 2008, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceram 22,6%, passando de 276 mil para 338 mil em todo país. Outra pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no ano de 2006, sobre as entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos, teve como objetivo fornecer aos órgãos gestores de políticas públicas informações detalhadas sobre a oferta desses serviços no Brasil, com o intuito de subsidiar a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A análise realizada com as entidades que se declararam como prestadoras de serviços de assistência social demonstra que um percentual significativo das que recebem financiamento público das esferas municipal, estadual ou federal, como se pode constatar nos dados coletados em pesquisa com 8.964 mil entidades, são organizações de Terceiro Setor. Destas, 3.631 mil (22,6%) estão localizadas na Região Sul, sendo 1.199 (7,4%) no Rio Grande do Sul (BRASIL, 2007)².

Citando como exemplo a capital do Estado – Porto Alegre – e o campo da assistência social, existem estimativas de que 248 entidades de Terceiro Setor são conveniadas com a

Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão gestor da política de assistência social no referido município. Essas entidades desenvolvem diferentes programas, como: Programa Família; Programa de Erradicação de Trabalho Infantil; Programa de Serviço de Apoio Socioeducativo; Trabalho Educativo, Programa Projovem,

¹BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Estudos e Pesquisas Informação Econômica, nº. 8. Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, 2008. Disponível em <http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/19/fasfil_2005.pdf>. Consultado em 18 Jan 2010.

²BRASIL, Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome- MDS; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. *As Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil*. IBGE, Rio de Janeiro, 2007.



Programa de Atenção ao Idoso, entre outros, que atendem às diferentes necessidades sociais. Pode-se perceber com esses exemplos, o quanto se faz imprescindível estudar a configuração e os impactos sociais ocasionados pelo conjunto das ações sob responsabilidade do Estado que, em parceria com as organizações que compõem a esfera pública não estatal, desenvolvem ações que se traduzem em políticas públicas que se propõem a garantir direitos sociais e universais, por meio de um conjunto de políticas, e que são pauta da Agenda Social Brasileira no contexto atual.

Nesse sentido, a realização de pesquisas que abarquem esse objeto de estudo se mostra justificada e relevante, especialmente no momento em que se aprofundam as contradições inerentes ao modelo de gestão social contemporâneo.

A estrutura deste documento está composta pelas seguintes partes:

1. notas técnicas da pesquisa, refere-se à problemática da investigação, aos objetivos, à amostra e aos procedimentos metodológicos;
2. análise dos resultados, composta pelos resultados referentes ao perfil das entidades, aos processos de gestão que contemplam aspectos característicos e da gestão do trabalho e pelos resultados dos impactos sociais, produzidos pelos projetos sociais desenvolvidos e descritos pelas entidades no questionário da pesquisa; consideram-se, nesta parte, as dificuldades e observações citadas pelas entidades;
3. Considerações finais, que sintetiza os resultados da pesquisa e mostra breves reflexões da equipe de pesquisadores quanto ao Estudo sobre o Terceiro Setor do Rio Grande do Sul.

Assim, esta pesquisa se propôs a responder à questão: como estão configuradas as entidades do Terceiro Setor, no que se refere ao perfil, aos processos de gestão e aos impactos sociais produzidos por suas ações no Rio Grande do Sul no período de 2009 a 2010? Com os dados desvelados e socializados neste documento, espera-se poder contribuir com a produção de conhecimento na área e com o monitoramento e a avaliação das políticas públicas que vêm sendo operacionalizadas pelo Terceiro Setor no Estado.

NOTAS TÉCNICAS DA PESQUISA

O processo da pesquisa denominado “Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul”, exigiu a adoção de uma metodologia que pudesse contemplar a complexidade e a diversidade das entidades que fazem parte do Terceiro Setor no Estado. A seguir, são apresentadas as referidas notas técnicas.

PROBLEMÁTICA

Como estão configuradas as entidades do Terceiro Setor no que se refere ao perfil, aos processos de gestão e aos impactos sociais produzidos por suas ações no Rio Grande do Sul no período de 2009 a 2010?

OBJETIVO GERAL

Analisar o perfil, os processos de gestão e os impactos sociais das ações desenvolvidas pelas entidades do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul, visando a contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados e com a produção de conhecimento na área.

QUESTÕES NORTEADORAS

Para responder a problemática da pesquisa, foram consideradas as seguintes questões norteadoras: quais as principais características das organizações do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul? Como estas organizações estão desenvolvendo seus processos de gestão? Que impactos sociais as ações desenvolvidas por estas organizações têm produzido no RS?

UNIDADES DE ANÁLISE

A pesquisa teve abrangência estadual; como amostra, foram consideradas as entidades que participaram do preenchimento do questionário do ETSUL, disponível *online* no site da FIJO (www.fijo.org.br), de outubro de 2009 a novembro de 2010. Assim, 138 entidades aderiram ao estudo voluntariamente e, por isso, compõem a amostra final da pesquisa. O compromisso ético com a condução do trabalho foi materializado pela observância ao uso do termo de consentimento livre e esclarecido que foi apresentado *online* a cada entidade antes de sua participação no estudo.

PROCESSO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O instrumento de coleta dos dados foi um questionário *online*, disponível no site da FIJO (www.fijo.org.br), que consta no apêndice 2. O questionário divide-se em três partes: as partes I e II estão, respectivamente, relacionadas ao perfil das entidades e à gestão (questões fechadas), e a parte III, visa a avaliar o impactos das ações efetivadas a partir da descrição de um projeto social disponibilizado pela entidade (questões abertas). O estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo quanti-qualitativa, o que permitiu a exploração e elucidação da multiplicidade das questões e do objeto analisado por meio da análise dos conteúdos e do processamento dos dados que foram mensurados, a partir das frequências de ocorrências.

MAPEAMENTO E A SENSIBILIZAÇÃO DAS ENTIDADES

O processo de mapeamento e cadastramento das organizações que atuam no Terceiro Setor gaúcho se deu por meio de pesquisas e contatos institucionais em que foi possível identificar, quantitativamente, as seguintes organizações: 1.115 da Região da Micro-Porto Alegre (referente aos 22 municípios que compõem essa microrregião); 369 Fundações do Estado do Rio Grande do Sul; 34 entidades vinculadas à Rede de Tecnologias Sociais; 911 Organizações de Utilidade Pública Federal; 443 entidades do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; 447 do Conselho Municipal de Porto Alegre de Direito da Criança e do Adolescente; 176 entidades de Educação Infantil conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Além disso, a divulgação do estudo para as demais mesorregiões do Estado foi feita por meio de correspondência enviada às prefeituras. Este foi o rol de entidades contatadas e convidadas a participarem do estudo. A sensibilização das entidades para participação no ETSUL foi contínua e deu-se de várias formas (e-mail, mala direta, assessoria telefônica, visitas institucionais e sensibilização por meio da participação em eventos relacionados à temática, entre outras)³.

³Conforme o IBGE, o RS é composto por 7 mesorregiões, 35 microrregiões, totalizando 496 municípios.

RESULTADOS

I Perfil das Entidades

I Sobre o perfil das entidades

Esta parte do estudo considera os dados de identificação da entidade, incluindo representação geográfica, tipologia (associação ou fundação), tipo de certificação, tipo de qualificação, abrangência territorial de atuação da entidade, política pública desenvolvida, registros em conselhos de controle social democrático, público beneficiado e principal área de atividade.

Representação geográfica, tipologia e qualificação das entidades

Sobre a representação geográfica, predominam as entidades da região metropolitana; são 121 participantes, com destaque para a cidade de Porto Alegre, que têm 82 entidades.



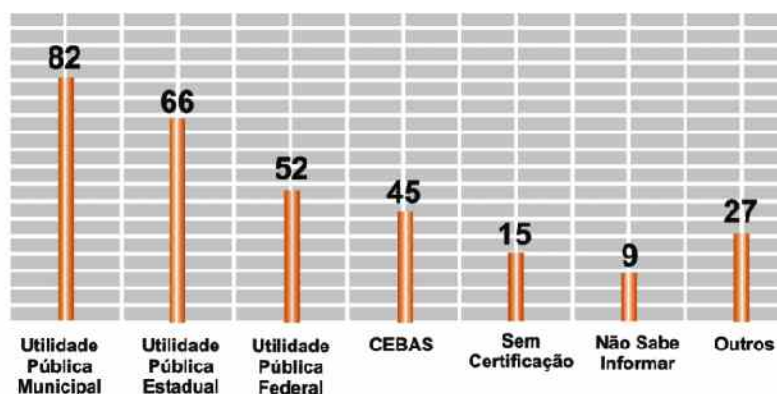
No que concerne à forma jurídica das entidades que compõem a amostra da pesquisa, os resultados apontam que 109 (79%) entidades são associações, que as fundações são representadas por 22 (16%) entidades e que 7 (5%) entidades optaram por não responder a esta questão.

Gráfico 1: Forma jurídica da entidade



As entidades sem fins lucrativos, juridicamente constituídas, podem pleitear alguns títulos/certificações e qualificações junto ao Poder Público, desde que cumpram alguns requisitos exigidos em lei. Essas certificações e qualificações conferem alguns benefícios fiscais às organizações, adquiridos por meio do título de utilidade pública federal, estadual, municipal, CEBAS, OSCIP (Lei nº 9.790/99) e Organizações Sociais –(OS)

Gráfico 2: Tipo de certificação das entidades



Com relação às certificações, de acordo com o gráfico 2, foi possível aferir os seguintes dados: 82 (59%) das entidades têm Utilidade Pública Municipal; 66 (48%) das entidades são de Utilidade Pública Estadual; 52 (38%) das entidades têm Utilidade Pública Federal; 45 (33%), têm o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social; 15 (11%) referem não ter certificação; 9 (6,5%) não sabem informar. O item “outros” foi preenchido por 27 (19,5%) entidades que registram as seguintes informações: entidade sem fins lucrativos, registros em Conselhos Municipais e Nacionais, como o CMDCA, CMAS, CNAS, entre outras informações que não respondem ao item. As informações registradas pelos participantes nos itens do questionário: “não sabem informar” e no item “outros”, indicam a complexidade no trâmite das competências legais para a concessão da certificação das entidades do Terceiro Setor e as dificuldades de conhecimento que possam existir por parte dos gestores. Salienta-se que, para se obter essas certificações e qualificações, exige-se o cumprimento de requisitos, como, por exemplo, a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação⁴.

Sobre a qualificação das entidades, predominam as organizações sociais (OS), o que

⁴A entidade certificada, e que atenda aos requisitos do art. 29, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, faz jus à isenção do pagamento de contribuições para a seguridade social, de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Com a publicação da Lei nº 12.101, de 2009, os requerimentos de concessão originária do Certificado ou sua renovação, que antes eram solicitados ao Conselho Nacional de Assistência Social, passaram a ser responsabilidade dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação da entidade. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas deverá requerer a certificação e sua renovação no Ministério responsável pela área de atuação preponderante da entidade. Disponível em <http://cebas.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=44>

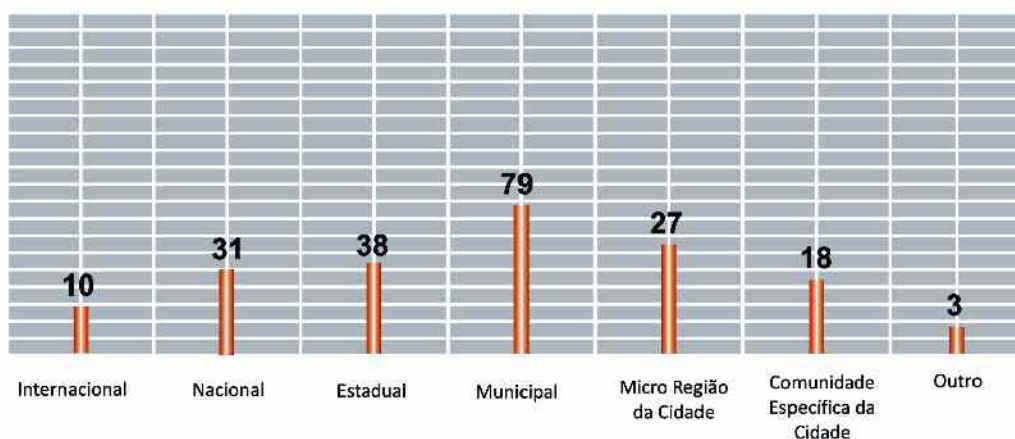
corresponde a 82 entidades. Esse resultado indica a formação de contratos de gestão entre o Estado e as entidades sem fins lucrativos. Embora predomine a qualificação de OS, 12 entidades são OSCIP, sendo 7 (5%) entidades como OSCIP Federal e 5 (4%) como OSCIP Estadual. A denominação “Federal ou Estadual” indica a área de abrangência da entidade e as possíveis parcerias com órgãos governamentais em âmbito estadual ou federal. Observa-se, ainda, entre os resultados, que 18 (13%) entidades referem não ter registro, 14 (10%) não sabem informar e 12 (8%) não responderam a esta questão.

Gráfico 3: Tipo de qualificação das entidades



Sobre a abrangência territorial das entidades, 79 (57%) têm abrangência Municipal, 38 (27,5%) têm abrangência Estadual, 31 (22%) têm abrangência Nacional, 27 (19,5%) atuam em uma microrregião da cidade, 18 (13%), em uma comunidade específica da cidade, 10 (7%) atuam internacionalmente e 3 (2%), outro. Nesta questão, o item “outro”, foi escolhido por três entidades, porém, elas não preencheram o campo destinado para especificar a questão.

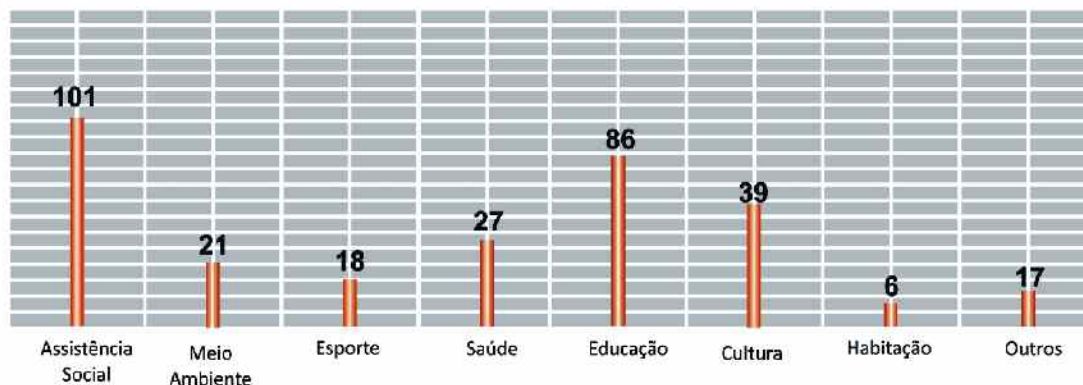
Gráfico 4: Abrangência territorial de atuação da entidade



A relevância das informações prestadas no item da pesquisa que trata das políticas públicas está na confirmação de que a gestão social no Estado do Rio Grande do Sul tem mobilizado as entidades do Terceiro Setor de forma significativa. As políticas públicas se materializam por meio de um conjunto de programas, projetos e serviços que têm como premissa atender as necessidades sociais da população e garantir direitos promulgados pela Constituição de 1988.

Ao considerar o cenário atual na gestão das políticas públicas, observa-se que a efetivação dessas políticas se dá por meio da adoção de modelos de gestão que consideram os contratos de parcerias, de subvenções e de convênios que são formados entre os diferentes setores, em especial, entre o Primeiro Setor e o Terceiro Setor (Estado e Entidades sem fins lucrativos, de iniciativa privada e com fins públicos).

Gráfico 5: Políticas Públicas desenvolvidas pelas entidades



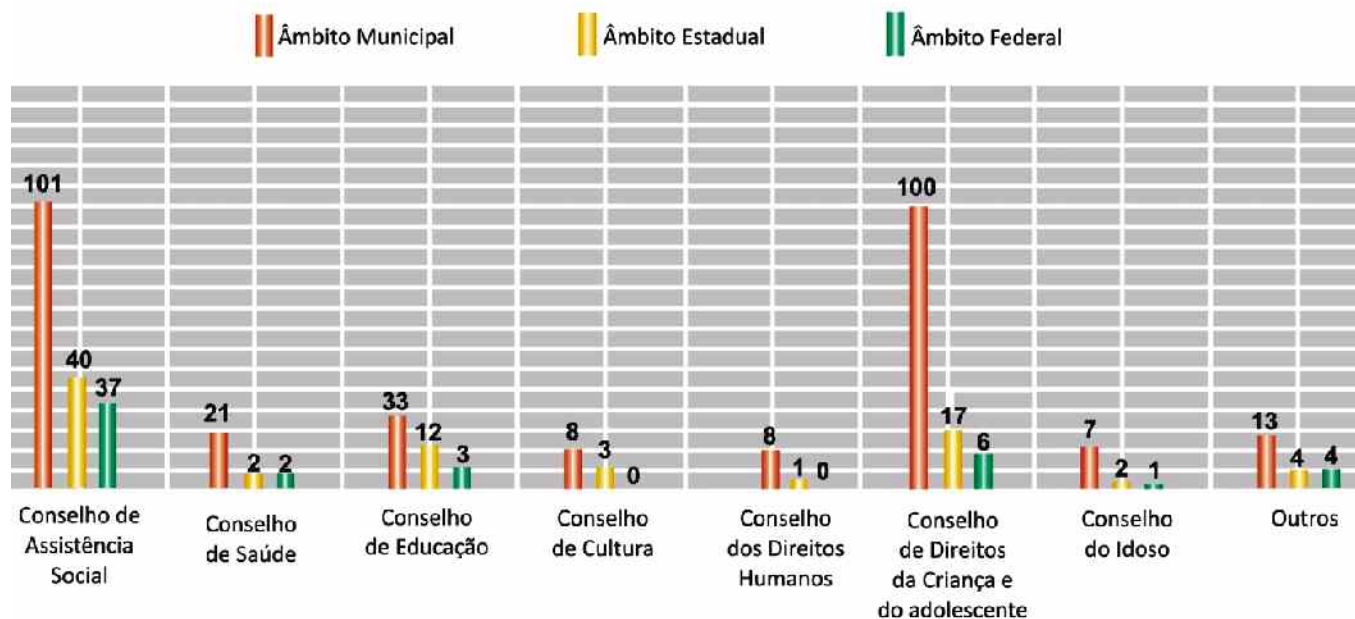
No gráfico 5, pode-se observar que há um envolvimento destas entidades com diferentes políticas, e a prevalente é a Política de Assistência Social, operacionalizada por 101 (73%) das 138 entidades participantes desse estudo. Tal dado pode ser confirmado pelo número de inscrições nos Conselhos de Assistência Social (101 entidades), informado na pesquisa, que evidencia o cumprimento do Artigo 9º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93), pois o funcionamento de toda e qualquer entidade de assistência social depende da sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Outro aspecto a ser considerado diz respeito aos avanços no campo da Política de Assistência Social no país, com a implementação do SUAS e dos seus respectivos projetos, programas e serviços e com a implementação do Programa de Transferência de Renda – o Programa Bolsa Família (PBF) –, que, conforme Ministério do Desenvolvimento Social⁵, atualmente atinge 12 milhões de famílias brasileiras. Na sequência, destacam-se a educação, com 86 (62%), a cultura, com 39 (28%), a saúde, com 27 (19,5%), o meio ambiente, com 21 (15%), o esporte, com 18 (13%) e a habitação, com 6 (4%). Também é significativo o percentual da participação das entidades no campo da educação, no RS, com 62%. No contexto da Política da Educação, pode-se dizer que há um envolvimento dessas instituições com a Educação Infantil, pois se constata que, no item que trata sobre a área de atividade, 41 assinalam a Educação Infantil⁶, beneficiando crianças de 0 a 6 anos de idade. O item “outros” foi preenchido por 17 (12%) entidades, que indicam políticas setoriais, como Criança e Adolescente, Economia Solidária e Economia Feminista, Segurança e Direitos Humanos, Juventude e Tecnologia da Informação, Geração de Trabalho e Renda, Educação Social e Agricultura e Pecuária, entre outras.

Outro resultado da pesquisa refere-se à participação das entidades no controle social democrático das políticas públicas desenvolvidas no Estado, o que exige o compromisso de agentes públicos no papel de conselheiros, por meio da participação popular no monitoramento, na fiscalização e na avaliação das políticas públicas operacionalizadas tanto pela esfera pública estatal, quanto pelas organizações da sociedade civil em que se inserem as entidades que fazem parte desta pesquisa.

⁵ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Consultado em 22 Fev de 2011.

⁶ Ver gráfico 9 deste documento.

Gráfico 6: Conselhos em que as entidades possuem registros e seus respectivos âmbitos: federal, estadual e municipal



A participação das entidades em conselhos de controle social tem a seguinte representatividade: o Conselho de Assistência Social, no âmbito municipal, 101 (73%) entidades, no âmbito estadual, 40 (29%) entidades e, no âmbito federal, 37 (27%) entidades; o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito municipal, 100 (72%) entidades, no âmbito estadual, 17 (12%) e, no âmbito federal, 6 (4%); o Conselho de Educação, no âmbito municipal, 33 (24%) entidades, no âmbito estadual, 12 (8,6%) e, no âmbito federal, 3 (2%); o Conselho de Saúde, no âmbito municipal, 21 (15%) entidades, no âmbito estadual, 2 (1,4%) e, no âmbito federal, 2 (1,4%); o Conselho de Cultura, no âmbito municipal, 8 (6%) entidades, no âmbito estadual, 3 (2%) e, no âmbito federal, sem registro; o Conselho de Direitos Humanos, no âmbito municipal 8 (6%) entidades, no âmbito estadual 1 (0,7%) e, no âmbito federal, sem registro; o Conselho do Idoso, no âmbito municipal, 7 (5%) entidades; no âmbito estadual, 2 (1,4%) e, no âmbito federal, 1 (0,7%). No item “outros”, constata-se registros e informações complementares, tais como: Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Direitos da Mulher, Conselho de Desenvolvimento do Norte do Estado RS (Corede Norte), Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Segurança e Justiça, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Conselho das Mulheres, Conselho de Entorpecentes, Fórum do Orçamento Participativo e, ainda, no Conselho de Merenda Escolar, vinculado à Secretaria de Educação (SMED) da cidade de Porto Alegre.

Para considerar os dados informados sobre o público beneficiado pelo atendimento das entidades, são mostrados os resultados que ilustram tanto o número de entidades que atendem determinados segmentos populacionais (como crianças e adolescentes, jovens, idosos, entre outros, conforme demonstrado no gráfico 7), quanto o número total de pessoas atendidas, conforme o gráfico 8.

Gráfico 7: Número de entidades, segundo o público beneficiado atendido

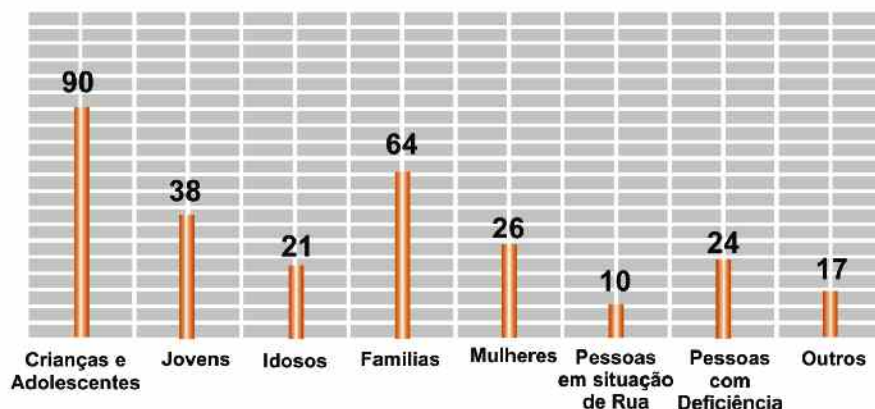
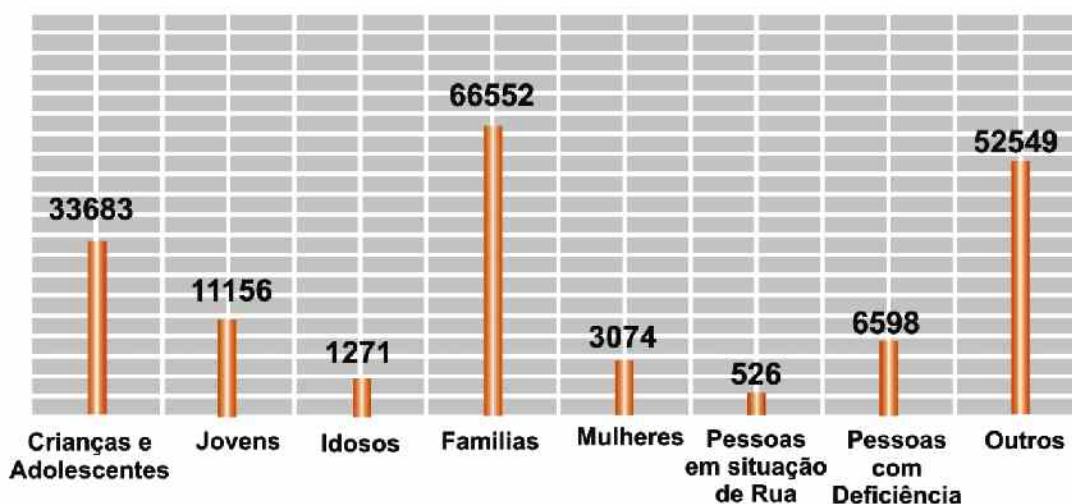


Gráfico 8: Número do público beneficiado pelas entidades



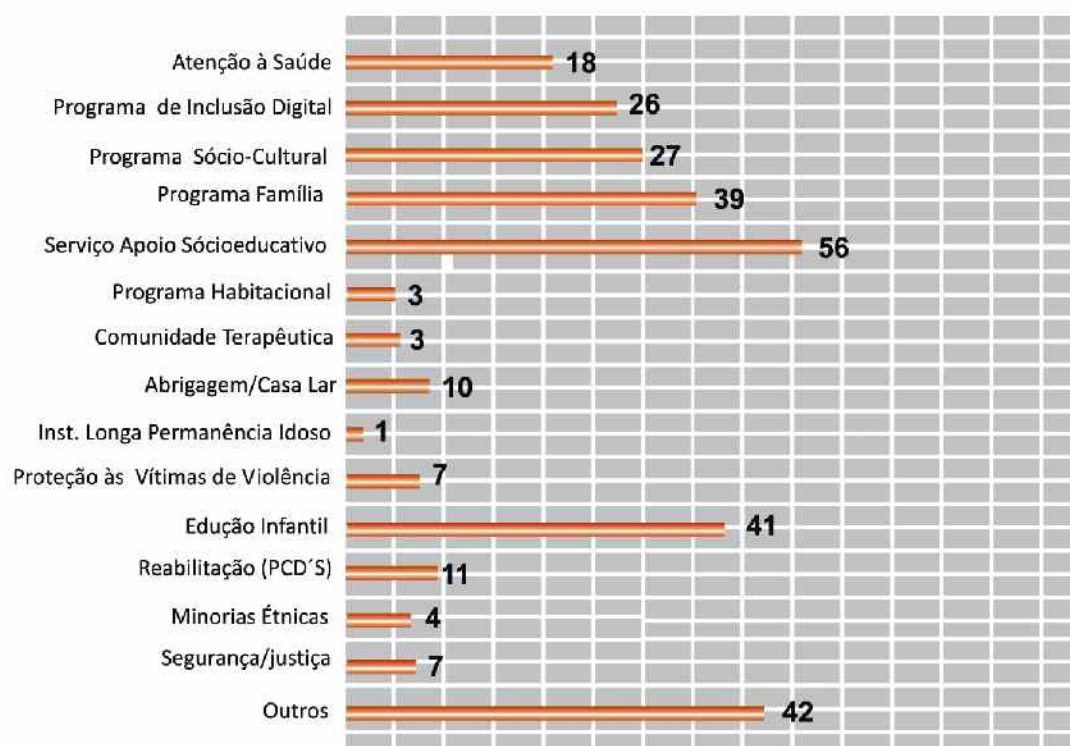
Com relação aos resultados do público beneficiado, as crianças e os adolescentes são contemplados pelas ações de 90 (65%) entidades e respondem por uma demanda de 33.683 beneficiados. As famílias são atendidas por 64 (46%) do total de entidades que indicam beneficiar 66.552 famílias. Os jovens estão incluídos entre o público beneficiado em 38 (27,5%) entidades, e o número total de atendidos é de 11.156. As mulheres compõem o público beneficiado de 26 (19%) entidades, e o número total de atendidas, por meio dessa intervenção, é de 3.074 mulheres. As pessoas com deficiência (PCD) são atendidas em 24 (17%) entidades as quais atendem um total de 6.598 sujeitos. Os idosos são beneficiados pelas ações de 21 (15%) entidades, e o número total de atendidos é de 1.271.. As Pessoas em Situação de Rua são atendidas por 10 (7%) entidades; 526 pessoas são beneficiadas.

O item “outros” é preenchido por um total de 17 (12%) entidades que atendem um número expressivo de beneficiados (52.549), o que revela uma multiplicidade de segmentos atendidos por elas. Conforme disponibilizado pelos respondentes, esses segmentos são: pacientes/doentes, organizações da sociedade civil, comunidades, alunos com bolsas de estudos, educadores sociais e professores do ensino fundamental, agricultores familiares, empreendimentos econômicos solidários, egressos do sistema prisional, operadores da área da infância e juventude, pacientes portadores de câncer, profissionais da contabilidade, profissionais do audiovisual, adultos voluntários, adultos em geral, entre outros.

No âmbito das políticas públicas, é preciso considerar atividades que podem ser desenvolvidas e que caracterizam programas e projetos específicos, citados nesta pesquisa como área de atividade. A principal área de atividade, conforme o gráfico 9, é a do Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), operacionalizado por 56 (40,5%) entidades. Este serviço pertence à rede básica de proteção social da Política de Assistência Social e destina-

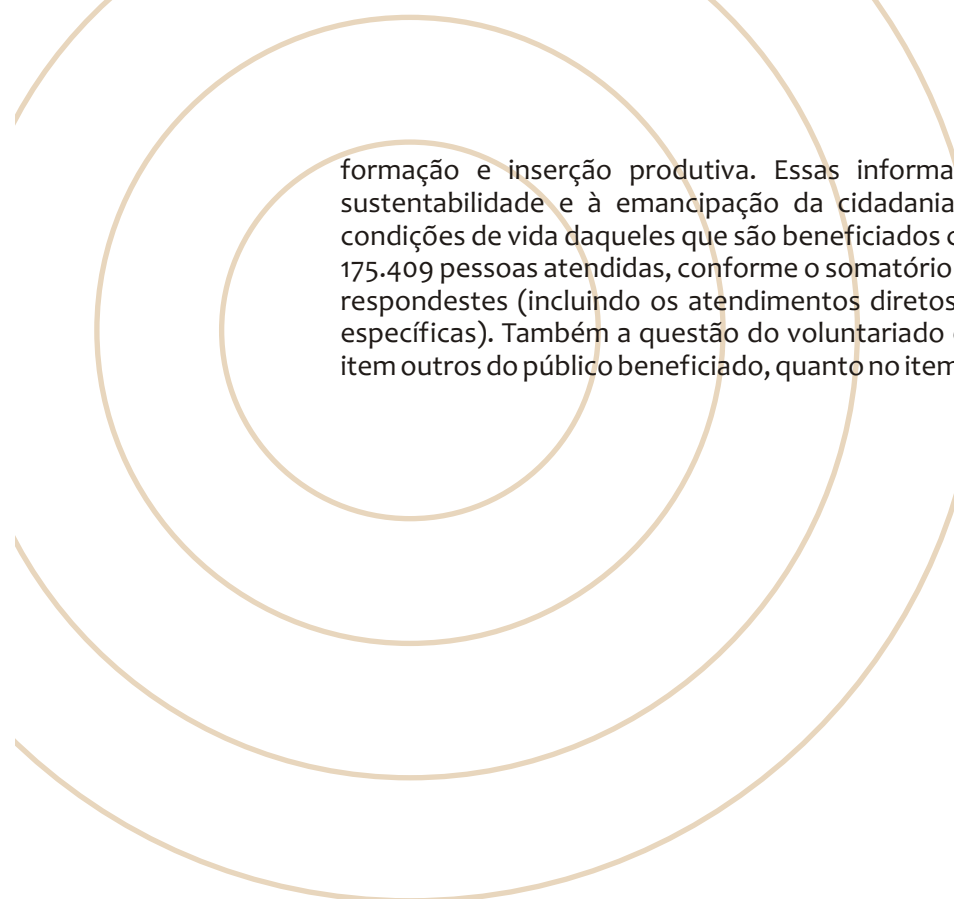
se a crianças e adolescentes de 07 a 18 anos, sendo seguido pela atuação na Educação Infantil, com 41 (29,7%) entidades. Em função disso, o SASE e a Educação infantil se constituem nas duas principais áreas de atividade das entidades que compõem a amostra deste relatório. O Programa Família, com 39 (28%) entidades, é a terceira principal área de atividade. Na sequência, encontram-se o Programa Sociocultural 27 (19,5%) e o Programa de Inclusão Digital, com 26 (19%) entidades. A atenção à saúde também está entre as principais atividades em 18 (13%) entidades. A reabilitação, voltada às pessoas com deficiência (PCD'S), conta com 11 (8%) entidades, e a abrigagem/casa lar, serviço pertencente à rede especializada de atendimento socioassistencial (também no campo da Política de assistência Social), é operacionalizada por 10 (7%) entidades. As atividades relacionadas à Proteção às Vítimas de Violência no campo da segurança e da justiça incidem com o mesmo número de entidades, ou seja, cada uma com 7 (5%). Minorias étnicas é considerada uma das principais áreas de atividade para 4 (3%) entidades; os Programas Habitacionais são assumidos por 3 (2%) entidades e, por fim, as Comunidades Terapêuticas são a atividade de outras 3 (2%).

Gráfico 9: Principal área de atividade



O item “outros” é complementado pelas informações disponibilizadas por 42 (30%) entidades, tais como: voluntariado, desenvolvimento econômico por meio do turismo sustentável, ensino fundamental, ensino profissionalizante com jovens de 16 a 19 anos em situação de risco social, programa maternidade acompanhada, programa ação rua, educação sustentável, economia solidária, ecologia e agricultura, juventude e tecnologia da informação, assistência social a portadores de câncer infantil, educação ambiental, atendimento destinado a pessoas com deficiência intelectual, inserção no mercado de trabalho, programas de prevenção à doença, prevenção ao uso de drogas por meio do esporte, educação especial, fiscalização da profissão contábil, geração de trabalho e renda, apoio a situações de emergências naturais e sociais, luta por direitos sociais, apoio à pesquisa científica na área de anatomia, esporte, escola de ensino fundamental e médio, cultura e audiovisual, agropecuária e formação de lideranças, entre outros.

Cabe destacar a relevância das atividades desenvolvidas e indicadas no item “outros” pelas entidades, principalmente no atendimento aos jovens e à sua respectiva profissionalização. Outro aspecto a considerar são as atividades que envolvem a geração de trabalho e renda, pois indicam a necessidade de desenvolvimento de atividades de



formação e inserção produtiva. Essas informações denotam o trabalho voltado à sustentabilidade e à emancipação da cidadania, que podem incidir na melhoria das condições de vida daqueles que são beneficiados com as ações das entidades; um total de 175.409 pessoas atendidas, conforme o somatório do público beneficiado declarado pelos respondentes (incluindo os atendimentos diretos e indiretos, envolvendo comunidades específicas). Também a questão do voluntariado é destacada pelas instituições tanto no item outros do público beneficiado, quanto no item “outros” das atividades.

II A GESTÃO

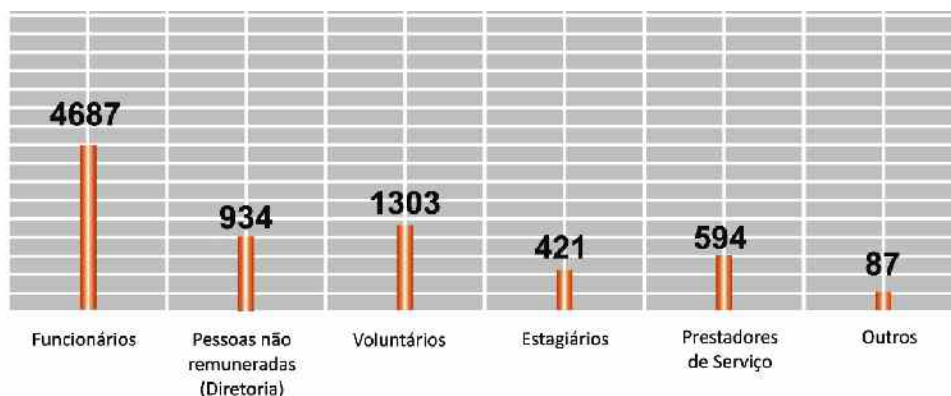
II Sobre os Processos de Gestão

Neste estudo, a gestão é considerada o processo por meio do qual uma ou mais ações são planejadas, organizadas, dirigidas, coordenadas, executadas, monitoradas e avaliadas, tendo em vista o uso racional e a economia de recursos (eficiência), a realização dos objetivos planejados (eficácia) e a produção dos impactos esperados sobre a realidade do seu público-alvo (efetividade). Envolve a mobilização e o trabalho de pessoas, a organização e as estruturas, o embate de ideias, a construção de consensos, o uso de tecnologias e instrumentos informacionais, necessários à tomada de decisões e à implementação das ações.

Esta parte do estudo contempla os seguintes aspectos: recursos humanos (tipo de vínculo e número de pessoas), número de profissionais e a respectiva carga horária semanal, origem dos recursos (privados, públicos, próprios, pessoas físicas, internacionais), montante mensal da origem dos recursos e questões referentes à gestão do trabalho da entidade.

No que se refere ao tipo de vínculo das pessoas que fazem parte das entidades, conforme o gráfico 10, observa-se a prevalência de funcionários: são 4.687; os voluntários, 1.303; as pessoas não remuneradas que compõem a diretoria dessas instituições atingem um total de 934. O número de estagiários é de 421, e o de prestadores de serviço, 594.

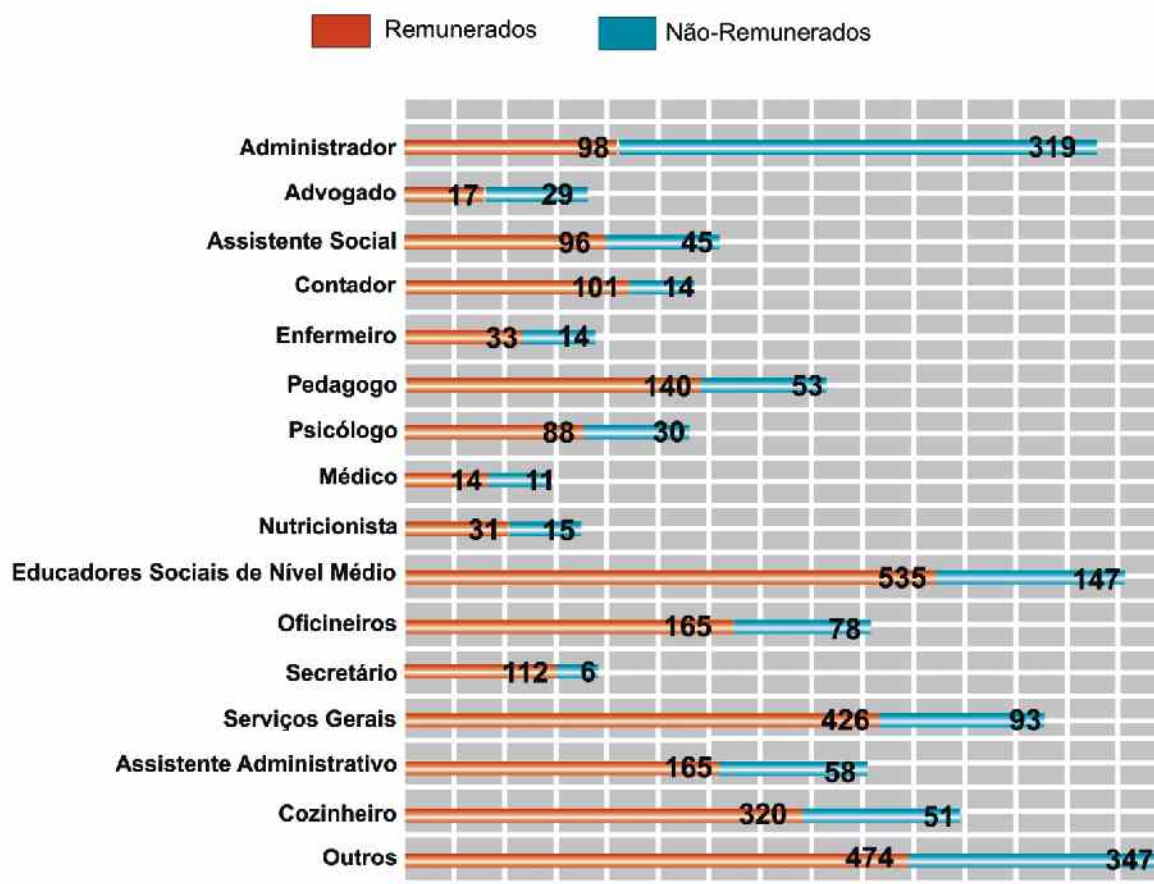
Gráfico 10: Tipo de vínculo das pessoas que fazem parte da entidade



No item “outros”, conforme disposto pelas instituições, destacam-se apenas cooperativas, profissionais associados e profissionais autônomos. Os dados revelam que a concepção de senso comum, que afirma que o principal recurso humano das entidades de Terceiro Setor era a do voluntário, não encontra evidências neste estudo, tendo em vista que há uma prevalência pelo trabalho remunerado e profissionalizado. Entretanto, esse recurso se apresenta de forma significativa no Estado, provavelmente, como um fruto da cultura de voluntariado que o caracteriza e da existência de entidades que fomentam tal prática no Rio Grande do Sul. Outro dado interessante se traduz no número de diretores no item que corresponde ao trabalho não remunerado, pois 934 pessoas caracterizam-se como dirigentes da entidade. O número de 421 estagiários demonstra a abertura do setor como um campo de formação profissional emergente, em função da grande demanda e das exigências de profissionalização do setor. O gráfico 11 apresenta os profissionais que fazem parte das entidades.

Gráfico 11: Profissionais que fazem parte da entidade

Recursos Humanos



A profissionalização do Terceiro Setor é um requisito fundamental para a perenidade das organizações e uma exigência para a prestação de serviços que se queiram atribuir como públicos. A profissionalização tem sido uma exigência posta em função das parcerias firmadas não somente com as empresas do Segundo Setor, mas, fundamentalmente, com a esfera estatal, o Primeiro Setor.

De acordo com o gráfico 11, as entidades que participaram deste estudo indicam o investimento na contratação remunerada de profissionais de nível técnico superior, como: pedagogo (140); assistente social (96); contador (101); psicólogo (88); enfermeiro (33); nutricionista (31); estas são as profissões mais incidentes. Também se observa a contratação de administradores (98 remunerados e 319 não remunerados), advogados (17 remunerados e 29 não remunerados) e médicos (14 remunerados e 11 não remunerados), o que mostra incidência maior no número de não remunerados. No que diz respeito à contratação de profissionais, associam-se a essas informações as Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos (NOB/RH) das políticas públicas do campo da assistência social, da saúde ou, ainda, da educação. Estes campos são citados como exemplo, pois vêm, de alguma forma, influenciando a profissionalização no setor, uma vez que, para firmar determinadas parcerias, convênios ou contratos de gestão a organização deverá possuir um quadro técnico específico para desenvolver determinados programas e projetos sociais, a fim de atender as demandas da organização.

Há uma significativa presença de profissionais de nível médio, como pode-se constatar na atuação dos educadores sociais (535 remunerados e 147 não remunerados) e dos oficineiros (165 remunerados e 78 não remunerados). Além disso, destaca-se o grande contingente de contratação de funcionários que compõem o quadro administrativo e de infraestrutura da entidade, como: serviços gerais (426 remunerados e 93 não remunerados), cozinheiro (320 remunerados e 51 não remunerados), assistente administrativo (165 remunerados e 58 não remunerados) e secretário (112 remunerados e 6 não remunerados). O item “outros” é significativo, pois indica 474 profissionais remunerados e 347 não remunerados. As entidades informam que este item é composto

por educador social de nível superior (professor), coordenador, técnico de enfermagem, sociólogo, profissional de comunicação social, publicitário, fisioterapeuta, psicopedagoga, fonoaudióloga, biólogo, jornalista, relações públicas, agente comunitário, psiquiatra, diretor de marketing, motorista, assessor, teólogo, agrônomo, auxiliar de desenvolvimento infantil, prestadores de serviço, engenheiro agrônomo, assistente financeiro, engenheiro, informata, terapeuta ocupacional, captador de recursos, técnico de desenvolvimento infantil, assessor de projetos e assistente comercial.

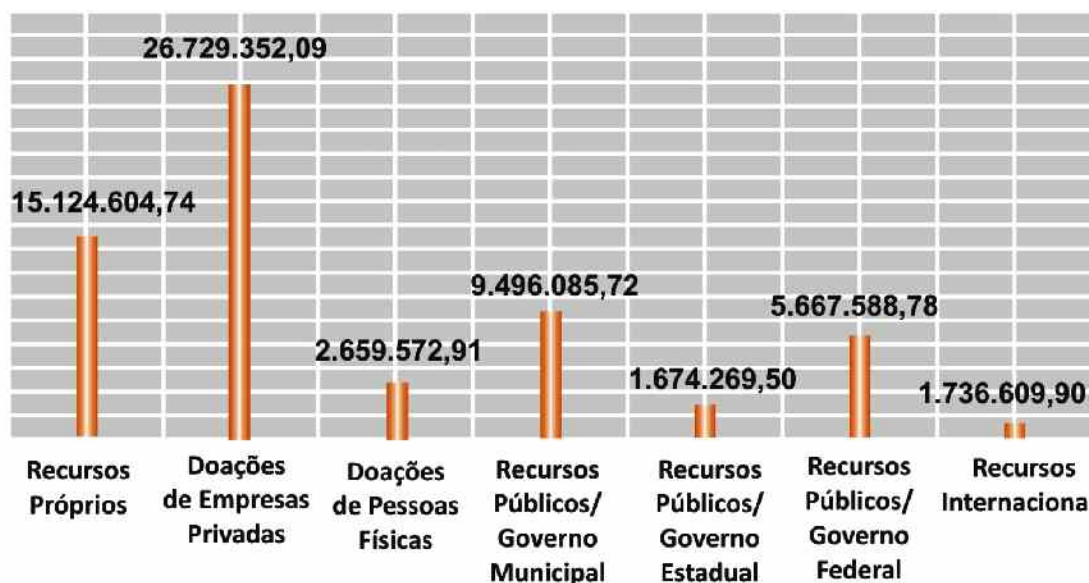
No que se refere à origem dos recursos financeiros, conforme gráfico 12, predomina o número de entidades cuja origem dos recursos advém da esfera pública governamental, a saber: 80 entidades indicam origem de recurso municipal, 31 recebem recursos de origem estadual e 30 recebem recursos federais, perfazendo um percentual de 56,5% instituições que mobilizam recursos da esfera estatal; o resultado das doações de empresas privadas corresponde a 69 (50%) entidades; os recursos próprios correspondem a 67 (48,5%) entidades; as doações de pessoas físicas correspondem a 63 (45%) das entidades; 12 (8%) recebem recursos internacionais.

Gráfico 12: Origem dos recursos recebidos pelas entidades



Destaca-se que a mesma entidade pode receber recursos provenientes de fontes diferentes. Todas que participaram deste estudo referiram receber pelo menos um tipo de financiamento. Tal constatação indica a incidência de contratos, convênios, entre outras possíveis formas legais de parceria com órgãos públicos, considerando o repasse de recursos financeiros feitos para que as entidades desenvolvam a gestão de programas e serviços voltados para o atendimento de diferentes segmentos populacionais do Estado do RS. A prevalência dos recursos públicos municipais se deve ao fato de que a gestão das políticas sociais (por exemplo: assistência social e educação) ocorre de forma descentralizada (recursos federais repassados aos gestores municipais) e operacionalizam-se no âmbito municipal.

Gráfico 13: Origem e montante mensal dos recursos mobilizados pelas entidades



Outro destaque refere-se ao montante dos recursos mobilizados pelas entidades. É importante observar que o montante informado refere-se ao valor mensal, não sendo captado o mês de referência; fica a critério do participante a decisão sobre o valor a ser informado. As doações de empresas privadas (R\$ 26.729.352,09) destacam-se entre as informações, o que demonstra a participação deste segmento no contexto. Este montante pode estar relacionado com as mudanças pertinentes a gestão do mundo corporativo, voltando-se para a gestão com responsabilidade social, investimento social privado e, ainda, relacionado com os estímulos do conjunto da legislação vigente no país, que isentam de impostos o segundo setor ao participar como parceiros de um conjunto de ações sociais desenvolvidas pelo Terceiro Setor. Esse resultado esconde um conjunto de situações não detectadas, mas pode-se aferir que o montante de doações de empresas privadas não apresenta sustentabilidade para o setor, e tampouco para os projetos a que se propõem, constituindo-se em uma doação pontual e focada, sem haver necessariamente articulação com o contexto das políticas públicas estatais. Os recursos próprios das entidades (R\$ 15.124.604,74) indicam a sua capacidade de mobilização tanto no sentido de prestação de serviços, quanto no de recursos advindos de mantenedoras. Os recursos advindos da esfera estatal são significativos, pois somam R\$ 18.574.553,93; destes, R\$ 9.496.085,72 são de recursos municipais, R\$ 5.667.588,78 são de recursos federais, R\$ 1.736.609,90 de recursos internacionais (o que mostra a interlocução dessas entidades com os fomentadores internacionais, bem como com causas sociais de agências internacionais) e R\$ 1.674.269,50 são recursos estaduais. No caso do Estado do RS, a Lei da Solidariedade⁷ instituiu um modelo de gestão articulado com o Segundo Setor e, por meio de uma política focalizada, o Programa Rede de Parceria Social (RPS)⁸, que desencadeou o repasse de recursos para as entidades desenvolverem projetos sociais focalizados, sob forma de Edital Público. Também, registram-se os valores repassados diretamente às entidades como doações de pessoas físicas (R\$ 2.659.572,91).

No que concerne ao montante advindo de doações das empresas privadas, as entidades citam, na parte da descrição dos seus projetos sociais⁹, um conjunto de parceiros em que se destacam empresas privadas de atuação nacional e estadual, incluindo o segmento bancário. Também se destacam, no âmbito estatal, a Petrobrás, o Banco de Alimentos, as Secretarias Municipais, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o Ministério Público e o Ministério da Cultura, entre outros.

⁷A Lei de Solidariedade nº 11853/2002, em seu Art.1º, instituiu o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social, integrado por entidades e organizações de assistência social da sociedade civil, por empresas e pela Administração Pública Estadual, visando ao desenvolvimento de ações de inclusão e promoção social e ao incentivo e à articulação das referidas ações, mediante adoção de mecanismos de parceria e colaboração. Disponível em http://www.sjds.rs.gov.br/portal/index.php?menu=lei_solidariedade. Consultado em 12 Jan 2011.

⁸A Rede de Parceria Social foi uma iniciativa conjunta da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, na gestão do Governo 2006-2010 (Governo Yeda) com as organizações sociais e empresas, com o objetivo de realizar projetos sociais em todo o Rio Grande do Sul, abrangendo diversas áreas da assistência social. Disponível em: <http://www.redeparceriasocial.rs.gov.br/#>

⁹Conforme resultados apresentados na parte 3 deste relatório.

Esses resultados, em alguma medida, podem não demonstrar a origem precisa dos recursos, pois, ao serem consideradas as doações de empresas privadas, no caso do RS, a entidade pode ter assinalado empresa privada, mas o recurso ter sido repassado pela RPS, composta pela iniciativa privada em parceria com o Estado, o que se caracteriza como recurso público, em função do respaldo do marco legal e da taxa de isenção de impostos. Ainda que os montantes informados não desvelem explicitamente um conjunto de implicações da questão posta, os resultados desse item da pesquisa revelam o montante mobilizado para movimentar o setor e seus respectivos programas, projetos e serviços prestados a diferentes segmentos populacionais.

Sobre a gestão do trabalho

Para análise da gestão do trabalho nas entidades, foram considerados os seguintes indicadores: coerência da missão com os projetos desenvolvidos, planejamento, adequação da entidade às normas jurídicas, transparência da gestão, modelo de gestão, monitoramento e avaliação dos processos de gestão do trabalho e dos projetos sociais.

Com relação à **coerência da missão** com os projetos desenvolvidos, verificou-se que a missão é o principal propósito a ser atingido para 106 (77%) entidades, 7 (5%) indicam que este é um propósito atendido parcialmente e 25 (18%) não responderam. Na sequência, questionou-se se os projetos desenvolvidos atendem a missão da organização: 103 (75%) responderam que sim, 14 (10%) informam este quesito é atendido parcialmente e 21 (15%) não responderam à questão. Com isso, é possível observar que a grande maioria das entidades (77%) entende que a missão é o principal objetivo a ser atingido e que a forma de efetivá-la é por intermédio de seus projetos.

O **planejamento** do tipo estratégico é a ferramenta de gestão que baliza o trabalho de 64 (46%) entidades; 16 (11,5%) não utilizam essa ferramenta; 35 (25,5%) o utilizam parcialmente 23 (16,6%) não responderam à questão. O planejamento estratégico tem como característica principal a preocupação com o longo prazo e com a gestão global da organização, o que se efetiva em 64 entidades. Esse é um processo por meio do qual os dirigentes de cada entidade definem os objetivos, a forma de buscá-los (estratégia) e as restrições e capacidades internas e externas à entidade.

A dificuldade para elaborar **projetos sociais** é sinalizada por 33 (24%) entidades, enquanto 32 (23%) não referem esta dificuldade, 48 (35%) a identificam parcialmente, 2 (1,4%) entendem que esta questão não se aplica ao seu contexto e 23 (16,6%) não responderam ao item. Considerando as entidades que apontam dificuldade na elaboração de projetos e as que a identificam parcialmente, chega-se ao percentual de 59%, ou seja, mais da metade das instituições que compõem a amostra referem esse limite na efetivação de suas ações. A sistematização de projetos sociais potencializa as ações desempenhadas pelas organizações e também é um importante suporte para a leitura de seus resultados e avanços, pois é um recurso técnico necessário para qualificar a ação social. Na descrição dos projetos sociais, na parte 3 desta pesquisa, é citada a necessidade de investimento em diferentes processos de formação com foco na elaboração de projetos sociais, o que tem sido uma demanda do Terceiro Setor.

A **captação de recursos** é a principal meta da organização para 22 (16%) entidades, e 41 (29,7%) referem que esta não é sua principal meta; entretanto, a maior parte delas, 49 (35,5%), entendem que a captação de recursos é parcialmente a sua principal meta, enquanto 4 (3%) entendem que a questão não se aplica à sua realidade e 22 (16%) não responderam à questão. Em uma entidade não governamental, a captação de recursos está diretamente relacionada à sustentabilidade da organização e deve ser compreendida como um meio para atingir a missão, razão pela qual a entidade se constituiu, e não como um fim para operacionalização de ações que não estejam alinhadas com a sua missão.

O **estatuto da organização** está adequado ao Código Civil vigente no Brasil em 112 (81%) instituições, revelando o alinhamento jurídico dessas entidades; em 3 (2%), ele está parcialmente alinhado a esse pressuposto jurídico; 23 (16,6%) não responderam à questão, o que pode revelar desconhecimento da situação jurídica da entidade ou o próprio não

alinhamento com o referido Código.

Sobre a elaboração e a **publicização da prestação de contas** dos recursos recebidos para o desenvolvimento das atividades, verifica-se que este é um procedimento afirmado positivamente em 80 (58%) organizações; 11(8%) não realizam essa ação que está diretamente relacionada à transparência da instituição, 22 (16%) realizam parcialmente a divulgação, 3 (2%) responderam que essa questão não se aplica, e 22 (16%) não responderam a ela. O resultado positivo revelado pelas 80 entidades traduz a importância da transparência no setor e, também, pode ser um indicador da concepção de que, embora seja um setor privado, a sua atuação se materializa no âmbito do interesse público, sendo, portanto, passível de acompanhamento da sociedade.

As **reuniões com a equipe** ocorrem sistematicamente em 106 (77%) entidades, diferentemente de 3 (2%), que não realizam reuniões, e 8 (6%), que as realizam parcialmente; 21 (15%) não responderam. As decisões são centralizadas na equipe diretiva em 86 (62%) das entidades; em 5 (4%) as decisões não são tomadas pela equipe diretiva; em 25 (18%), as decisões são parcialmente tomadas pela equipe diretiva e 22 (16%) não responderam. A participação dos trabalhadores na tomada de decisão é considerada por 61 (44%) instituições; em 6 (4,3%), a participação não é considerada; em 42 (30%), é considerada parcialmente; 6 (4,3%) entendem que a questão não se aplica à sua realidade; o número de abstenções para este quesito é de 23 (16,6%). Os resultados relacionados ao grau de participação das equipes e à tomada de decisão revelam que o setor se baseia em uma lógica de centralização das decisões e de pouco nível de participação (das equipes e dos trabalhadores).

A existência de espaços instituídos para **participação dos usuários** na organização e nos processos de tomada de decisão é uma realidade em 60 (43%) entidades; 14 (10%) referem não dispor desses espaços de participação; 35 (25,5%) entendem que dispõem desse espaço parcialmente; 4 (3%) compreenderam que a questão não se aplica à realidade de suas entidades; 25 (18%) não responderam à questão. Igualmente, no quesito participação dos usuários, verifica-se uma participação parcial, ainda que, em quase a metade delas (43%), tenha sido indicada a existência concreta dessa participação; o resultado, porém, não desvela o tipo de participação e os espaços constituídos.

Sessenta (43%) instituições afirmam que há **processos de avaliação** de pessoas estabelecidos na organização; no entanto, 17 (12%) referem não realizar avaliação; 33(24%) dizem realizar essa avaliação de forma parcial; 5 (4%) entendem que a questão não se aplica à sua realidade e 23 (16,6%) não responderam. O resultado revela que a preocupação com a gestão das pessoas nas organizações do Terceiro Setor não se traduz como uma das prioridades da gestão, embora seja importante sublinhar o protagonismo de 43% das entidades que se utilizam dessa prática, o que pode ser relacionado com o crescimento da chamada profissionalização do setor.

Sobre a avaliação de projetos, 73 (53%) realizam a avaliação , 11 (8%) não realizam esse procedimento, 28 (20%) realizam-no parcialmente, 3 (2%) entendem que essa questão não se aplica à sua realidade e, por fim, 23 (16,6%) optaram por não responder. Esse indicador traduz a preocupação das organizações com o produto da sua ação, ou seja, os projetos que desenvolvem, e que se apresentam como ação concreta para 53% das entidades.

Considerando os dados referentes à gestão do trabalho das entidades de forma sintética, pode-se dizer que predomina a coerência das ações na medida em que cada entidade afirma desenvolver projetos de acordo com sua missão, norteadora de seus propósitos, ainda que não seja predominante. As respostas das entidades apontam para o avanço e para a preocupação com a gestão transparente, pois sinalizam que há a elaboração e a publicização da prestação de contas, bem como os processos de avaliação de pessoas e projetos. As ocorrências de avaliações dos projetos e das pessoas neles envolvidas indicam espaços significantes de monitoramento, o que contribui consideravelmente para uma maior eficácia das ações desenvolvidas.

III Projetos Sociais e Impactos Sociais

Sobre os Projetos Sociais e os Impactos Sociais

Esta parte 3 da pesquisa, que trata sobre a “Avaliação de Impactos Sociais” visa a analisar o resultado das ações e experiências vivenciadas pelas entidades e responde à questão norteadora: que impactos sociais as ações desenvolvidas pelas Organizações do Terceiro Setor têm produzido no RS? Para tanto, entre as 138 entidades que participaram do estudo, serão consideradas as 98 que concluíram a sistematização (descrição) de um projeto social desenvolvido pela instituição, pois 40 não responderam a ele ou não completaram essa parte do estudo.

Para fins de análise do conteúdo registrado pelos participantes do estudo, destacam-se alguns itens: temática, objetivos, público beneficiado pelas ações, situação inicial da realidade em que se propõe a intervir, os resultados do desenvolvimento da ação (situação final) na realidade local, o monitoramento e a avaliação dos projetos sociais, os parceiros e as dificuldades encontradas para a implementação dos projetos sociais. De uma forma geral, observa-se que, entre os resultados desta parte da pesquisa, as organizações possuem uma temática predominante que se relaciona com determinadas políticas públicas, aqui consideradas como “categorias emergentes”, quais sejam: Assistência Social, Educação e Saúde, Geração de Renda, Intersetorialidade, Controle Social, Defesa Civil e Tecnologia Social.

Entre os itens analisados com relação aos objetivos dos projetos sociais descritos, percebe-se a coerência de conteúdo em relação à situação inicialmente identificada. Entretanto, ainda se verifica uma dificuldade de coerência entre os objetivos e a metodologia utilizada, bem como com os resultados. Esse destaque é importante, pois, na elaboração de um projeto social, a sintonia entre os objetivos do projeto e o como eles serão atingidos é fundamental. Tal dificuldade indica a necessidade de aprimoramento na elaboração e no desenvolvimento de projetos sociais. Por vezes, a descrição dos projetos realizada pelos participantes não é suficientemente clara, não sendo possível, em algumas situações, verificar o impacto social causado pelas ações das entidades.

Algumas entidades demonstram clareza e domínio sobre o impacto social, as mudanças e os resultados de suas atividades, de forma quantitativa e qualitativa; outras, declaram desconhecer, aguardar os resultados ou não completam todos os campos do questionário. De forma contextualizada, entre os impactos declarados pelas entidades estão:

(...) a melhoria das condições de saúde; o aumento e/ou geração de renda das famílias das crianças e adolescentes atendidos pelas entidades, como por exemplo, a organização de comunidades e grupos que trabalham com coleta e triagem de resíduos sólidos (reciclagem do lixo); a profissionalização de diferentes segmentos, desde os funcionários das entidades, até os jovens e as mulheres beneficiadas com as ações; a proteção e segurança das crianças e adolescentes em abrigados e/ou encaminhados a famílias; a melhoria das relações familiares e sociais por tornarem-se menos conflituosas; a melhoria no desempenho escolar das crianças e adolescentes; participação social e comunitária de diferentes atores sociais; a conquista de direitos sociais; entre outros (Extratos dos projetos sociais).

A seguir apresentamos os resultados por **categorias analisadas**

Assistência Social

Na categoria **Assistência Social**, são identificados serviço de apoio socioeducativo, acolhimento institucional (abrigo), qualificação profissional, trabalho educativo, programa de erradicação do trabalho infantil, inclusão digital e grupo de convivência. O **público beneficiado** é formado por crianças, adolescentes, jovens, famílias, idosos, pessoas com deficiência (PCDs) e organizações não governamentais que atuam em áreas afins.

Quanto ao processo de **monitoramento e avaliação** dos projetos na área da assistência social, há presença do registro, reflexão (análise ou estudo) e

acompanhamento das ações desenvolvidas. Conforme apontado na descrição dos projetos, as entidades se utilizam de instrumentos e técnicas como: relatórios, atas, questionários, observações, estudo de caso, visitas, reuniões de equipe e coleta de opinião, entre outros. Quanto aos envolvidos no processo, destacam-se a equipe de trabalho (coordenadores, educadores e oficinairos), os usuários dos serviços e, em alguns casos, os parceiros, o que indica uma tendência à adoção de metodologias participativas. Embora a utilização de instrumentos específicos de avaliação de projetos não seja uma realidade presente na descrição dos projetos da maioria das entidades, pode-se dizer, entretanto, que elas demonstram preocupação com a questão do planejamento, do monitoramento e da avaliação das ações.

No que se refere às **parcerias**, são apontadas as seguintes instâncias: família, escolas, conselho tutelar, conselhos de controle social democrático, fóruns, unidades de saúde, hospitais, empresas de transporte coletivo, estádios de futebol, poder público municipal (secretarias e fundações), igrejas, empresas privadas, organizações não governamentais, movimentos sociais, organizações internacionais e pessoa física. Isso indica uma compreensão ampliada das relações de parceria, que não se limita apenas àquelas que repassam recursos financeiros, conforme instituído pela Lei das OSCIP nº 9.790 de 1999, referente ao termo de parceria.

Como indicativo de **impacto social** das ações desenvolvidas no campo da Assistência Social, identificam-se duas situações relatadas. Um dos projetos descritos que trata do “*Acolhimento Institucional*”, realizado por uma entidade participante deste estudo, demonstra efetivas mudanças na realidade em que se propôs a intervir.

Situação inicial (1)

A Casa de passagem abrigava crianças e adolescentes que, inicialmente, encontravam-se em situação de abandono, maus tratos, negligência, entre outras. Tal realidade demandou ações de “promoção e fortalecimento dos vínculos afetivos da criança em situação de abrigamento, visando à garantia do direito a convivência familiar”(Extrato do Projeto Social).

Resultados (1)

Após as ações de intervenção, a entidade indica que os objetivos estão sendo alcançados, pois o projeto descrito “é trabalhado diariamente na instituição”. “Com este projeto já conseguimos que 18 crianças fossem para família substituta, 24 retornaram para a família, nove crianças portadoras do HIV retornaram para a família, 10 crianças com HIV foram para família substituta” (Extrato do Projeto Social). Observa-se que a entidade tem conseguido resultados efetivos no que diz respeito à questão dos vínculos familiares, que são retomados e fortalecidos, garantindo, assim, a proteção das crianças e/ou adolescentes, por meio do direito ao convívio familiar. Além disso, a entidade demonstra atuar em sintonia com os pressupostos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outro exemplo de relato da situação existente e de resultado no campo da Assistência Social é uma organização da região metropolitana de Porto Alegre que tem como público beneficiário pessoas com deficiência, sendo a inclusão no mercado de trabalho um dos objetivos do projeto em destaque.

Situação inicial (2)

A organização constatou que as pessoas com deficiência mental, no caso os jovens, entre eles ex-beneficiários da instituição, possuem pouca oportunidade de inserção em atividades que os profissionalizem para o mercado de trabalho. A situação mobilizou a entidade no sentido de “desenvolver um projeto que pudesse preparar, qualificar e apoiar o sujeito com deficiência mental em todos os âmbitos de sua capacidade para as atividades de emprego” (Extrato do Projeto Social).

Resultados (2)

O projeto relatado tornou-se um programa institucional em 2002, e, desde então, ampliou o atendimento para a região metropolitana e adjacências. Em 2005, realizou “parceria com empresa multinacional para qualificação de 17 alunos com deficiência mental em um período de dois anos e com outras duas empresas de grande porte para qualificação em chão de fábrica” (Extrato do Projeto Social). Em 2006, a organização foi

contemplada com uma doação do Ministério Público para a construção de um prédio próprio para o serviço. Foi convidada a fazer parte do Comitê Pró-Inclusão do Ministério Regional do Trabalho, em 2009, em reconhecimento pela excelência do trabalho desenvolvido. Já qualificou, desde o início de seus trabalhos, “mais de 150 alunos com deficiência mental, todos encaminhados ao mercado de trabalho, e 145 ainda permanecem na empresa de origem”(Extrato do Projeto Social). Em alguns casos, a empresa informa sistematicamente o progresso do grupo contratado. Inclusive, no exemplo citado na descrição do projeto, o grupo de pessoas com deficiência mantém, atualmente, um setor de produção, com destaque frente a outros setores e funcionários ditos "normais".

Educação

Na categoria **educação**, destacam-se a educação infantil, a qualificação profissional, a capacitação e desenvolvimento de lideranças e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Vale destacar que a educação se apresenta como um tema transversal, pois as atividades desenvolvidas pelas entidades envolvem, necessariamente, algum tipo de ação educativa. Por exemplo: “educação para a não violência ou educação para a paz, educação em saúde, promoção do acesso à informação” (Extratos dos Projetos), entre outros. O **público beneficiado** é formado por pessoas físicas (crianças, adolescentes, jovens, adultos, a comunidade em geral) e pessoas jurídicas (as próprias organizações do Terceiro Setor).

Em relação ao **monitoramento e à avaliação** dos projetos, assim como na área da assistência social, identificam-se três elementos que compõem o processo: *registro*, *reflexão (análise ou estudo)* e *acompanhamento*. Entre os instrumentos utilizados estão as reuniões pedagógicas, os encontros formativos, o acompanhamento individual e o acompanhamento técnico das organizações do Terceiro Setor. Os envolvidos no processo são a equipe de trabalho e os usuários dos serviços.

As instâncias de **parceria** são as organizações não governamentais, empresas privadas, universidades, consulados internacionais, organizações religiosas, bancos financeiros, poder público (Justiça Federal), movimentos sociais e conselhos profissionais. Essa variedade de organismos parceiros na execução de políticas públicas, além do poder público estatal, indica, também, uma diversidade de interesses individuais e coletivos que estão postos na dinâmica da gestão social. No que se refere ao **impacto social**, destaca-se um projeto com ênfase em *Educação Infantil*, voltado para ações de educação e saúde bucal.

Situação inicial

“Algumas crianças de 0 a 06 anos chegavam à escola com resíduos de alimentos na boca ou mastigando chicletes e balas e a maioria não realizava a escovação antes de chegar. Muitos, a partir dos 18 meses, começavam a apresentar problemas nos dentes, e até mesmo inflamação na gengiva, entre outras doenças” (Extrato do Projeto). Essa constatação caracteriza uma situação inicial que suscitou a necessidade de implementação de um projeto que pudesse contribuir com uma mudança no que diz respeito à saúde bucal e à melhoria para o desenvolvimento infantil.

Resultados

A partir das estratégias adotadas pela entidade, que consistiram em trabalhar a questão da higiene bucal com as crianças e as famílias, contando com a equipe de profissionais do posto de saúde, obtiveram-se os seguintes resultados: “a maioria das crianças realizaram o tratamento no posto de saúde; os responsáveis estão mais conscientes: enviam regularmente a escova de dentes na mochila das crianças; as crianças estão escovando os dentes em casa; os dentistas notaram uma diminuição dos casos de cáries”(Extrato do Projeto). Observa-se, aqui, uma interlocução das políticas de educação e saúde, o que significa um avanço no que diz respeito ao atendimento integral das crianças no âmbito da educação infantil.

Saúde

Na área da **saúde**, a ênfase está na reabilitação de pessoas com deficiência (PCD's), ação educativo-preventiva e atendimento clínico. O **público beneficiado** é composto por crianças, adolescentes e jovens. Como instrumentos de **monitoramento e avaliação**, destacam-se a elaboração de relatórios, a utilização de urnas de sugestões e críticas e o diagnóstico médico. De acordo com a descrição, os **envolvidos** no processo são os usuários dos serviços, o médico e o terapeuta.

As **parcerias** são feitas com hospitais, unidades de saúde, universidades, empresas privadas e públicas estatais, conselhos, secretarias e prefeituras (com ações intermunicipais). O **impacto social** na área da saúde tem ênfase em reabilitação de PCD's (1), além de um projeto social voltado às pessoas com lúpus (2).

Situação inicial (1)

Os bebês nascidos com diagnóstico de deficiência, quando recebiam alta da maternidade, levavam, em média, dois anos para conseguir vagas em alguma instituição e começar o tratamento de estimulação precoce. “Esta falta de acesso imediato ao tratamento necessário à sua condição dificultava a estimulação e atrasava o processo de reabilitação dos bebês” (Extrato do Projeto).

Resultados (1)

Segundo as avaliações da equipe que compõe o processo (ainda em andamento, conforme descrição da entidade), “as melhorias são significativas tanto no desenvolvimento dos bebês, quanto na relação entre os bebês e suas respectivas famílias” (Extrato do Projeto). As experiências neuromotoras com os bebês, o tratamento imediato de estimulação precoce, logo após receberem alta da maternidade, e as ações desenvolvidas com as mães e familiares para a estimulação, são aspectos que incidem na melhoria de vida dos beneficiados pelo projeto. Os resultados demonstram mudanças significativas nesse contexto.

Situação inicial (2)

Em relação ao lúpus, constatou-se, inicialmente, que a maioria do público beneficiário da entidade, localizada na região do Vale dos Sinos, estava sem orientação sobre a doença, sobre a importância de tratamento adequado e também sobre onde buscar o tratamento gratuito. “A maior parte do público atendido é de mulheres, ficando evidente o preconceito pela aparência das portadoras, muitas vezes, agravado pela exposição ao sol sem proteção” (Extrato do Projeto).

Resultados (2)

Atualmente, 190 portadores de lúpus são atendidos na entidade, sempre orientados sobre a importância do tratamento e sobre onde buscá-lo de forma gratuita. Hoje, o resultado é significativo, pois o grupo tem iniciativa própria e autonomia, convidando palestrantes para tratar de diferentes temas de interesse do coletivo, como doenças específicas. Nesse contexto, “há a inserção da família, o que reflete na melhoria da autoestima destas pessoas, que apresentam maior autoconfiança e promovem a sua saúde” (Extrato do Projeto).

Geração de Trabalho e Renda

Os projetos desenvolvidos na área de **Geração de Trabalho e Renda (GTR)** são de caráter intersetorial, envolvendo principalmente as políticas públicas de assistência social, de trabalho e emprego e de educação. As iniciativas produtivas orientam-se para artesanato, culinária, agricultura, agropecuária, costura e reciclagem. As ações de GTR preveem cursos de formação profissional e acompanhamento do processo de inserção no mercado de trabalho formal e/ou informal. Ao analisar a descrição de algumas instituições, observa-se a tendência de confundir qualificação/capacitação profissional com GTR. Embora a qualificação profissional possa contribuir com subsídios para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades voltadas a ofícios específicos para a reinserção no mercado de trabalho (formal e/ou informal), não é, necessariamente, geradora de trabalho e renda por si mesma. A GTR pressupõe, além da etapa de formação dos agentes sociais envolvidos nesses processos, a organização autogestionária na perspectiva emancipatória que culmina no desenvolvimento dos empreendimentos solidários, entre outros.

O **público beneficiado** predominante pertence ao gênero feminino e é composto por mulheres vinculadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), mulheres idosas, mulheres egressas do sistema penitenciário e, em alguns casos, jovens com necessidades especiais (PCD's) e homens. O processo de **monitoramento e avaliação** ocorre por meio de registros, elaboração e análise de documentos, assessoria e acompanhamento técnico aos grupos de trabalho (visitas, reuniões, seminários de formação, planejamento e oficinas temáticas). As pessoas envolvidas são os educadores, a equipe técnica e o grupo de trabalhadores (usuários).

Entre as **parcerias**, destacam-se secretarias e órgãos municipais, empresas privadas, organizações do Terceiro Setor, universidades, Ministério do Trabalho, associações comunitárias e instâncias do sistema de justiça. Como resultados de impacto social entre os projetos no âmbito da GTR, destacam-se o projeto de confecção e costura, que envolve mulheres (1), e o projeto de produção de sabão, que inclui mulheres e também pessoas com deficiência mental (2).

Situação inicial (1)

A entidade descreve a situação inicial referindo-se aos processos sociais e às suas diversas expressões, com ênfase nas taxas de desemprego no Brasil, contexto do qual faz parte um grande contingente de mulheres, sobretudo as afrodescendentes e as jovens com baixa escolarização. Ao considerar os diferentes papéis sociais que assumem, as mulheres destacam que:

muitas mulheres assumem o papel de empreendedoras, individuais ou em grupos, a partir de conhecimentos oriundos da tradição familiar, do antigo trabalho ou de cursos profissionais geralmente dissociados da sua inserção laboral, nem sempre atendendo suas necessidades. A confecção tem sido uma das atividades alternativas destas mulheres (Extrato do Projeto).

Nesse segmento, a entidade social promoveu a formação e o desenvolvimento de empreendimentos solidários autogestionários. O desafio do projeto é:

propiciar melhores condições para uma inserção econômica autossustentável destes empreendimentos solidários, possibilitando maior agregação de valor na produção, com conseqüente aumento de renda para as trabalhadoras, que deixam sua situação de excluídas/desempregadas para empreendedoras e protagonistas de uma nova forma de desenvolvimento econômico (Extrato do Projeto).

A entidade social tem fundamental importância em todo o processo, desde a produção, qualidade e busca de novos negócios, até o acompanhamento e a formação em autogestão de todas as trabalhadoras dos empreendimentos.

Resultados (1)

Como resultado do projeto, destacam-se os “três grupos, como microempresas solidárias, com aumento de renda média de R\$ 150,00 para R\$ 1.000,00, além da aquisição de máquinas industriais por todas as integrantes” (Extrato do Projeto). Ao considerar a demanda ou o interesse de outras mulheres de aderirem aos grupos, a entidade

desencadeou um processo de implantação de um novo grupo, “que terá o papel de centro de excelência da entidade proponente, no qual serão desenvolvidos os cortes, a modelagem, a criação e o desenvolvimento de novas peças, e na composição de quadros, está uma apenas do regime semiaberto” (Extrato do Projeto). Houve renovação de prestação de serviços com um contratante por três vezes (quarto ano de execução). Além disso, participantes dos grupos integram o Comitê Gestor com a entidade social proponente.

Situação inicial (2)

A entidade descreve a situação de vulnerabilidade e miséria de um determinado território da região Noroeste (ou região do planalto) do RS, onde “os indicadores sociais demonstram as condições inadequadas de moradia, analfabetismo, baixa escolaridade, desemprego/subemprego, desinformação quanto às políticas públicas e sociais, violência doméstica e no bairro, drogadição, tráfico e desnutrição, que são questões do cotidiano das famílias pertencentes a essa região” (Extrato do Projeto).

A integração social dessas famílias, parcela significativa da população local, exigiu e demandou uma abordagem diferenciada por parte da entidade, que permitiu integrar as diversas intervenções em uma perspectiva multidisciplinar que está sendo operacionalizada por meio de um projeto social.

Resultados (2)

O projeto destaca a produção de sabão a partir da reciclagem de resíduos líquidos, atingindo “85% da capacidade de produção de sabão”(Extrato do Projeto). A entidade tem como um de seus desafios aumentar a produção e a qualidade do produto, com o objetivo de promover a cidadania e de dar alternativas de geração de renda às famílias. A entidade reconhece, na sua descrição, que muitas metas não foram atingidas.

(...) mas o programa já tem vida e não vai parar, pois a vontade e a determinação das mulheres envolvidas têm sido fundamental. Os indicadores do projeto, tanto da produção de sabão, que iniciou em 2008 com a mesma parceria e continua atendendo 20 famílias, quanto o projeto de produtos de limpeza, mostram a necessidade de melhorar. A não aceitação do produto, por não ter uma aparência idêntica à do produto oferecido nos supermercados, talvez tenha sido a maior decepção, por “nos darmos conta que não conhecemos realmente o perfil dos moradores do bairro e as suas necessidades ou exigências não serem muito diferentes dos outros moradores da cidade (Extrato do Projeto).

As etapas do projeto são revisadas constantemente (a qualidade do sabão produzido, a forma de participação das mulheres no projeto). Essa participação é fundamental, pois, segundo a entidade, possibilita “garantir o desenvolvimento interpessoal, o aprimoramento do comportamento em grupo, na comunicação, na autonomia, na independência e na liderança, entre outros, dando condições para que cada grupo de produção se fortaleça ainda mais” (Extrato do Projeto). A entidade afirma que o Projeto Recicle Mais apresenta indicadores de resultados que são positivos.

Hoje notamos nas mulheres participantes uma mudança fundamental no aspecto da autoestima, que é demonstrar com orgulho e, visivelmente, na fisionomia a alegria e a animação, bem como as mudanças no seu dia a dia decorrentes da participação do projeto. Sentimos que para elas isso não é apenas estar fazendo algo, mas sim, elas se sentirem sujeitas da própria ação e mudança, algo que há pouco tempo nenhuma delas acreditava ser possível. Os dois projetos que fazem parte do “Recicle Mais”, produção de sabão e produtos de limpeza biodegradáveis, veio atender a demanda da população onde o núcleo está inserido, e isso faz com que cada vez mais possamos criar e ampliar projetos nesta área (Extrato do Projeto).

Controle Social

Outra categoria emergente é a do controle social, destacado por uma entidade por meio da descrição de um projeto social voltado para a questão da mobilização política e da participação popular, com segmentos populacionais específicos – comunidade indígena e comunidade quilombola – como **público beneficiado**. Quanto ao processo de **monitoramento e avaliação**, a entidade informou que realiza registros, elabora relatórios e participa em espaços políticos, como conselhos e comissões. Como resultado de impacto social, destaca-se:

Situação inicial

A entidade, ao discorrer sobre a situação inicial, contextualiza o cenário de frágil mobilização social, de criminalização dos movimentos sociais, de vulnerabilidade das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas etc), de precarização do mundo do trabalho e de depredação do meio ambiente, entre outros fatores. A entidade, inspirada na sua missão institucional, sente-se desafiada a construir alternativas junto com a população empobrecida do meio urbano e rural. “A luta pela efetivação de direitos, a conquista e a ampliação de políticas públicas se apresentam como uma alternativa possível de construir outro modelo de desenvolvimento societário”.

Resultados

A entidade, entre seus resultados, destaca:

(...) maior participação de agentes e comunidades nos conselhos de direitos e fóruns da sociedade civil; maior apropriação dos(as) agentes e do público usuário sobre a importância e o impacto da efetivação das políticas públicas; protagonismo de lideranças e comunidades na luta pela garantia de direitos e políticas públicas; fortalecimento da articulação com movimentos sociais, igrejas, sindicatos, pastorais sociais, com a conquista da Lei da Ficha Limpa, e organização em torno da coleta de assinaturas pela aprovação da Lei de Iniciativa Popular pelo Limite da Propriedade da terra (em andamento)(Extrato do Projeto).

Intersetorialidade

A intersectorialidade se constitui em mais uma categoria de análise, apresentando interação entre diversas políticas públicas e setoriais, como: *assistência social, educação, saúde, meio ambiente, cultura e geração de trabalho e renda*. Os projetos desenvolvidos enfatizam a geração de trabalho e renda, a qualificação profissional e a ação educativa em saúde. Como **público beneficiado**, destacam-se crianças, adolescentes, jovens, idosos, famílias, gestores e lideranças comunitárias. Nesse contexto, a intersectorialidade vai ao encontro da proposta de proteção social integral, superando a fragmentação do atendimento por segmentos populacionais específicos e voltando a atenção para a família e/ou para a *matricialidade familiar* respaldada pela política de assistência social, por exemplo. No caso dessas entidades, os projetos intersectoriais apresentam duas características: atendimento aos diferentes membros da família (criança, adolescente e seus respectivos responsáveis) e atendimento das diversas necessidades de um mesmo público. Exemplo: qualificação profissional e geração de renda para mulheres vinculadas ao PETI, contemplando dois dos elementos básicos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): educação e renda.

As ações de **monitoramento e avaliação** se dão por meio de registros, assembleias e reuniões. De acordo com as informações disponibilizadas, os participantes do projeto são os adolescentes. Quanto às **parcerias**, observa-se a interlocução de órgãos públicos, como fundações públicas de direito público, secretarias e/ou órgãos municipais de educação, de cultura, de saúde e Ministério Público. No que diz respeito ao **impacto social**, destaca-se um projeto com ênfase no desenvolvimento local, por meio de diferentes ações que culminam na efetivação da intersectorialidade, conforme sintetizado a seguir.

Situação inicial

A entidade, ao descrever a inexistência de espaços na comunidade local que garantissem ações diretas para as áreas da cultura e geração de trabalho e renda, mobilizou-se para a operacionalização de um projeto que articulasse diferentes políticas setoriais.

Resultados

Apresentou como resultado a concretização de um Centro de Triagem, associação de mulheres que garantem geração de trabalho e renda por meio da separação e seleção de material reciclável; “um Centro Cultural, cuja associação proporciona o acesso gratuito de crianças, adolescentes, jovens e adultos, moradores da comunidade e entorno a atividades nas áreas de educação, cultura, lazer, esporte e qualificação profissional” (Extrato do Projeto). As dimensões intersetoriais demonstram a efetivação de trabalho integrado ou pelo menos indicam a existência da intersetorialidade de políticas públicas em um espaço comunitário e de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas também de suas famílias, o que desvela a atuação na perspectiva da emancipação da cidadania.

Defesa civil

Entre as 98 entidades consideradas nesta parte do estudo, observa-se a descrição de um relato que trata de uma ação civil de bombeiros voluntários, voltada para o campo da **defesa civil**. O **público beneficiado** é a população local e as cidades vizinhas ao município onde é desenvolvido o projeto. As **instâncias parceiras** são empresas privadas e poder público municipal e estadual. O processo de **monitoramento e avaliação** acontece por meio de supervisões técnicas (operacionais e administrativas).

Situação inicial

A comunidade identificou a carência de atendimento emergencial e de primeiros socorros, envolvendo combate a incêndio, busca e resgate. “A ausência de tais serviços na região acarretava ocorrências letais e perdas evitáveis” (Extrato do Projeto). Em vista da realidade, os moradores se mobilizaram para a criação de uma associação de bombeiros voluntários que contribuísse no atendimento dessas situações.

Resultados

Criação de uma associação de bombeiros voluntários, que resultou em 13.000 ocorrências atendidas em mais de 10 anos de serviço. Embora o corpo de bombeiros militar seja um órgão do sistema de segurança pública, suas atividades são de defesa civil, pois visam a prevenir e apagar perdas e riscos aos quais a população está exposta devido a acidentes, calamidades etc. Tal iniciativa “envolve ações de atendimento à saúde (primeiros socorros, ambulância), de segurança pública (combate à criminalidade e à violência), de preservação e cuidado do meio ambiente (combate a incêndios), serviços socioassistenciais (suprimento imediato das necessidades básicas, como distribuição de alimentos e vestuários, abrigo provisório etc.), entre outros” (Extrato do Projeto). Desse modo, a iniciativa apresenta-se também como de caráter intersetorial.

Tecnologia Social

Emerge, no contexto da pesquisa, a categoria Tecnologia Social (TS), aqui compreendida como produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis. Ela é desenvolvida a partir da interação com a comunidade e representa soluções efetivas de transformação social, conforme protagonizado pela Rede de Tecnologias Sociais (RTS) do Brasil. A identificação dessa categoria nos projetos analisados se deu com base nos seguintes indicadores: compromisso com a transformação social, identificação de necessidades e demandas sociais concretas, identificação de alteração da situação inicial

apresentada, busca da inclusão e da acessibilidade, preocupação com a sustentabilidade, promoção de acesso a novos conhecimentos, diálogo entre os saberes populares, acadêmicos e de educação formal, existência de apropriação e aprendizagem por parte dos atores envolvidos, potencial de reaplicação em outras localidades, uso de metodologias participativas, perspectiva de inovação social e fortalecimento dos processos democráticos e da participação cidadã.

A experiência aqui analisada, denominada como “Educação para a Sustentabilidade”, contempla esses indicadores de TS. O público beneficiado no desenvolvimento da tecnologia social são 550 crianças e adolescentes, as famílias dessas crianças e adolescentes, 120 professores de escolas públicas e 15 líderes comunitários.

Situação inicial

A entidade, ao descrever a situação inicial, faz referência à conjuntura atual da sociedade e considera o crescimento potencial das desigualdades sociais, do desemprego, da pobreza e a conseqüente exclusão de segmentos da sociedade que se tornam cada vez mais socialmente vulneráveis. Situa um território específico e mostra que o foco dessa “estratégia se constitui na capacitação de um público-alvo coletivo, envolvendo educadores, jovens e crianças em práticas que promovam sentimento de pertencimento social e potencializem as habilidades comunitárias no alcance de sua sustentabilidade econômica” (Extrato do Projeto). O projeto visa à sustentabilidade econômica da referida comunidade e promove, além de recursos econômicos, um processo de conscientização ecológica a respeito de hábitos cotidianos. Nessa perspectiva, o projeto pressupõe a “Educação para a Sustentabilidade” como eixo norteador de atividades, uma vez que amplia o conhecimento e a interação da população atendida com novas possibilidades de hábitos cotidianos mais sustentáveis, com a finalidade de trazer maior qualidade de vida ao público atendido. A implementação da tecnologia social, desenvolvida com 20 famílias moradoras de um bairro situado em Porto Alegre, “pautada no reaproveitamento de resíduos sólidos para criação artesanal de joias sustentáveis, tornou-se uma alternativa não somente de geração de renda, mas também uma possibilidade de desenvolvimento sustentável, que visa ao equilíbrio das dimensões social, ambiental e econômica, respeitando a cultura local, em que a tecnologia social é realizada, em integração com um conjunto de ações” (Extrato do Projeto).

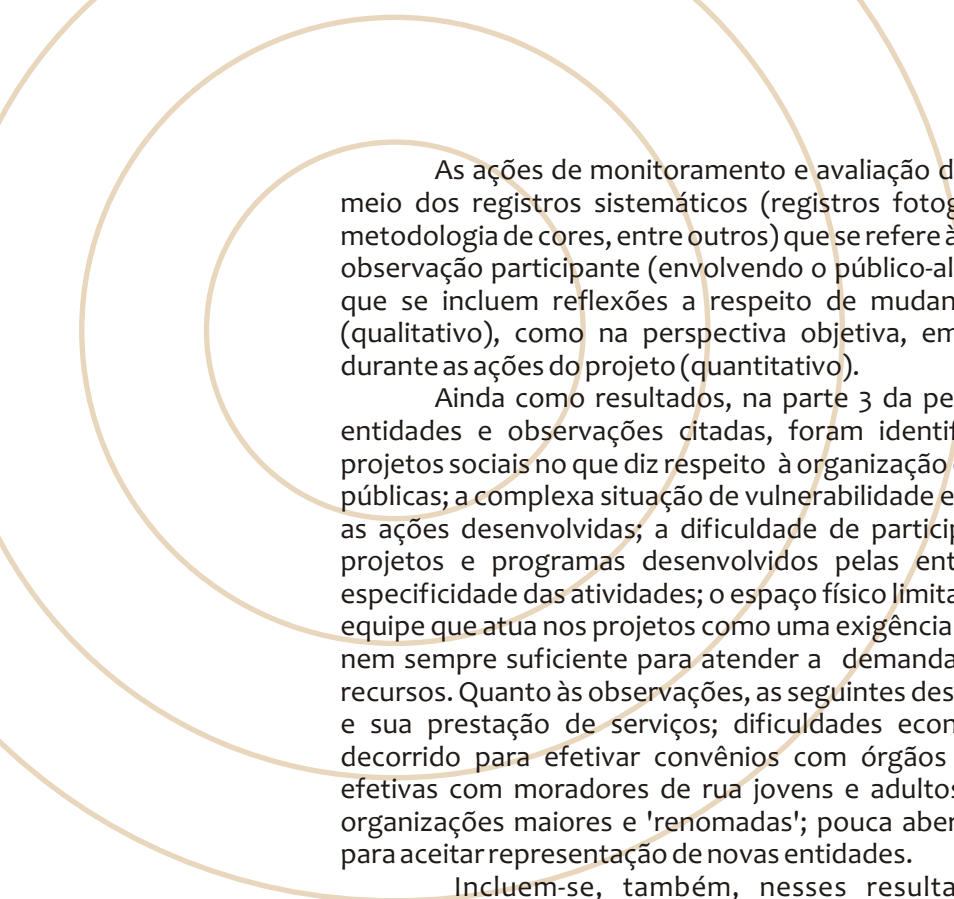
Resultados

Como resultados qualitativos alcançados com os participantes dos projetos, a entidade destaca:

(...) o fortalecimento de processos participativos a partir de ações coletivas que visavam à afirmação da cidadania e qualidade de vida, expressos em atitudes (respeito) dos adolescentes com seus colegas e instrutores, tendo em vista a relação estabelecida no espaço onde se efetiva o projeto; a implementação de hábitos mais sustentáveis nos cotidianos; o fortalecimento da autoestima, da autonomia e a adoção de uma alimentação mais equilibrada e nutritiva (Extrato do Projeto).

Como resultados quantitativos, destacam-se diferentes aspectos entre 2006 e 2010, tais como:

Atendimento a 15 adultos inseridos em associação comunitária, 300 estudantes de uma escola pública, por meio de parcerias estabelecidas (2006); estabelecimento de parceria com a empresa X no atendimento a 300 alunos e 45 professores inseridos em escolas públicas (2007); implantação de um programa de sustentabilidade da instituição pautado no reaproveitamento de resíduos sólidos para criação de joias sustentáveis; parceria com uma universidade na execução do projeto em uma determinada vila do município de Porto Alegre/RS (em 2008); atividades socioambientais com geração de renda, realizadas na unidade da FASE de um município da grande Porto Alegre, atendendo 90 adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio fechado; implementação de um Programa de Geração de Renda, desenvolvido com 20 famílias moradoras de um bairro situado em Porto Alegre, pautado no reaproveitamento de resíduos sólidos para criação artesanal de joias sustentáveis; constituição de um programa de geração de renda pautado na elaboração de receitas sustentáveis, com aproveitamento integral dos alimentos (folhas, cascas e talos) atendendo 30 adolescentes inseridos na padaria de uma Associação de Moradores, derivando na criação de uma logomarca comunitária (2009). Em 2010, o projeto foi aprovado em órgãos de fomento e conquistou prêmios (Extrato do Projeto).



As ações de monitoramento e avaliação da tecnologia social citada, ocorrem por meio dos registros sistemáticos (registros fotográficos, informativos através de uma metodologia de cores, entre outros) que se refere à sistematização de uma metodologia de observação participante (envolvendo o público-alvo), tanto na perspectiva subjetiva, em que se incluem reflexões a respeito de mudanças de hábitos e de comportamento (qualitativo), como na perspectiva objetiva, em que se evidenciam essas mudanças durante as ações do projeto (quantitativo).

Ainda como resultados, na parte 3 da pesquisa, dificuldades vivenciadas pelas entidades e observações citadas, foram identificadas dificuldades em descrever os projetos sociais no que diz respeito à organização e à sua relação no contexto das políticas públicas; a complexa situação de vulnerabilidade e risco social do público beneficiado com as ações desenvolvidas; a dificuldade de participação das famílias e responsáveis nos projetos e programas desenvolvidos pelas entidades; a compreensão do objeto e especificidade das atividades; o espaço físico limitado e o desafio da profissionalização da equipe que atua nos projetos como uma exigência atual; os recursos materiais e humanos nem sempre suficiente para atender a demanda e as dificuldades para mobilização de recursos. Quanto às observações, as seguintes descrições: exigências dos órgãos públicos e sua prestação de serviços; dificuldades econômicas, jurídicas e contábeis; tempo decorrido para efetivar convênios com órgãos públicos; necessidade de ações mais efetivas com moradores de rua jovens e adultos; a concentração de recursos para as organizações maiores e 'renomadas'; pouca abertura dos Conselhos de Controle Social para aceitar representação de novas entidades.

Incluem-se, também, nesses resultados, observações com caráter de posicionamento e reflexão crítica sobre a temática do Terceiro Setor, que sinalizam as mudanças culturais e exigências postas ao Terceiro Setor, como, por exemplo, necessidade de qualificação dos gestores e sua atualização; necessidade de profissionalização do Terceiro Setor, necessidade de superação de paradigmas do assistencialismo para o socioassistencial e de direitos; maior vigilância e controle na gestão dos recursos públicos e preocupação com a imagem do setor diante a falta de transparência da gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa, empreendida entre os anos de 2009 e 2010, com base nos dados empíricos obtidos por intermédio de 138 entidades do Terceiro Setor gaúcho, cabe retomar o problema inicial de pesquisa que questionava: como estão configuradas as entidades do Terceiro Setor, no que se refere ao perfil, aos processos de gestão e aos impactos sociais produzidos por suas ações no Rio Grande do Sul no período de 2009 a 2010?

Diante da apresentação dos resultados da pesquisa neste documento, é possível afirmar que as entidades do Terceiro Setor apresentam um perfil diversificado, pois suas características divergem e estão relacionadas com a política social que desenvolvem. São, na grande maioria, associações, com títulos de utilidade pública, com qualificações diferenciadas, e com registros no controle social democrático, principalmente nos conselhos municipais, o que pressupõe a inserção dessas entidades nos espaços de participação popular, fiscalização e monitoramento das políticas públicas municipais.

Além disso, os resultados são claros com relação aos segmentos populacionais beneficiados com as ações das entidades, demonstrando a complexidade da demanda a ser atendida. Destaca-se o grande número de crianças, adolescentes e famílias beneficiadas, mas se observa entre os resultados uma tendência a contemplar diferentes públicos/pessoas. Este é um setor que se movimenta por meio de uma dinâmica respaldada por pressupostos legais e jurídicos que definem o desenho atual da gestão social destas entidades, pois predominam as parcerias com a esfera estatal (Primeiro Setor) e, ainda, com o Segundo Setor, evidenciado pelos valores oriundos de doações de empresas privadas recebidas pelas entidades.

Quanto aos processos de gestão das entidades, os resultados apontam, também, o crescimento da profissionalização no setor em função da contratação remunerada de diferentes profissionais, tais como: educadores sociais, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, advogados, nutricionistas, entre outros. Com relação aos recursos humanos das entidades, fica evidente que o número de pessoas contratadas como funcionárias é, significativamente, maior do que o número de pessoas voluntárias, o que aponta para a profissionalização do Terceiro Setor e a necessidade de adequação à garantia dos direitos sociais trabalhistas.

O planejamento estratégico, a eficiência na elaboração dos projetos sociais, a gestão participativa, envolvendo os diferentes atores sociais inseridos nas atividades das entidades, seja na gestão com os recursos humanos que desenvolvem as ações, seja com o público beneficiado, são questões a serem aprimoradas na gestão das entidades. A missão organizacional, embora seja destacada como principal propósito das entidades, não está totalmente relacionada aos projetos desenvolvidos por elas, merecendo uma revisão dessa relação tão necessária para a sustentabilidade organizacional. Entre os desafios postos para a sustentabilidade das entidades estão não somente a mobilização de recursos financeiros, mas também o investimento no desenvolvimento das pessoas implicadas com as atividades da entidade, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e em total sintonia com as necessidades advindas do território de atuação, a busca permanente da adesão dos diferentes atores sociais à causa da entidade, desencadeando processos de participação popular e a transparência das informações do processo de gestão.

Por fim, a análise de conteúdo realizada com base na descrição dos projetos sociais e os resultados qualitativos advindos desse processo demonstram a dinâmica da gestão de projetos e o engajamento das entidades com diferentes políticas públicas. De uma forma geral, observa-se, que entre os resultados desta parte da pesquisa, predominam temáticas que se relacionam com determinadas políticas públicas, quais sejam: Assistência Social, Educação, Saúde, Geração de Renda, Intersetorialidade, Controle Social, Defesa Civil e Tecnologia Social.

Contudo, o desenvolvimento do Estudo sobre o Terceiro Setor no RS demonstra o quanto é visível a necessidade de aprimorar os investimentos em pesquisas que revelem o desenho atual da gestão social protagonizada pela parceria que vem sendo formada entre as entidades do chamado Terceiro Setor, a esfera pública estatal e os setores privados e empresariais.

Apêndice 1: Gestão do Trabalho

Tabela 1

Sobre a Gestão	Sim	Não	Em parte	Não se aplica	Não respondeu
1. A missão da sua organização é o principal propósito a ser atingido.	106	0	7	0	25
2. Os projetos desenvolvidos atendem a missão da organização.	103	0	14	0	21
3. Sua organização realiza planejamento estratégico.	64	16	35	0	23
4. Você encontra dificuldades para elaborar projetos sociais.	33	32	48	2	23
5. A captação de recursos é a principal meta de sua organização.	22	41	49	4	22
6. O estatuto da organização está adequado ao Código Civil vigente.	112	0	3	0	23
7. A organização elabora e publiciza a prestação de contas dos recursos recebidos para desenvolvimento de atividades.	80	11	22	3	22
8. Ocorrem reuniões sistemáticas com a equipe.	106	3	8	0	21
9. As decisões são tomadas pela equipe diretiva.	86	5	25	0	22
10. Os trabalhadores participam dos processos de tomada de decisão.	61	6	42	6	23
11. Existem espaços instituídos para a participação dos usuários na organização e nos processos de tomada de decisão.	60	14	35	4	25
12. Há um processo de avaliação de pessoas estabelecido na organização.	60	17	33	5	23
13. Há um processo de avaliação de projetos estabelecido na organização.	73	11	28	3	23

Apêndice 2: Questionário do Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul-2009/2010

Estudo sobre Terceiro Setor no Rio Grande do Sul

I. Apresentação do Estudo

O Estudo sobre o Terceiro Setor no Rio Grande do Sul é uma ação estratégica do Observatório do Terceiro Setor da FIJO que tem como propósito instaurar um processo de observação, monitoramento e avaliação das iniciativas das organizações que compõem o terceiro setor. Com a iniciativa pretendemos revelar os impactos sociais resultantes do conjunto de ações desses segmentos, que envolvem diferentes atores sociais na efetivação de políticas públicas. Esse é um estudo inovador, pois pretende não só mapear as entidades, mas desvelar as iniciativas que vem causando impacto social e publicizar experiências que possam ser reaplicadas por outras organizações em diferentes territórios.

Entretanto sua participação é fundamental e requer um tempo de sua dedicação para responder o questionário. Todas as organizações que participarem desse estudo, ao responder esse questionário em sua íntegra, poderão estar participando de grupos de estudos e formações, assim como estarão concorrendo a bolsa de estudos para um dos cursos de Especialização oferecidos pela FIJO. Os resultados do estudo serão socializados com todos participantes, como parte do nosso compromisso ético.

Para você participar desse estudo deverá conhecer e concordar com o termo de consentimento.

Avançar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Estudo sobre Terceiro Setor no Rio Grande do Sul, vinculado ao Observatório do Terceiro Setor, tem como objetivo principal *mapear e identificar tecnologias de intervenção social de impacto com intuito de favorecer a socialização e a multiplicação de experiências bem-sucedidas, assim como contribuir com a qualificação dos agentes que atuam nesse esfera.*

Neste estudo será utilizado como instrumento um questionário on line. Os dados e resultados da parte I e II deste estudo estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. A parte III do estudo poderá ser publicizada mediante autorização prévia.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se no decorrer do estudo o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Caso tenha novas perguntas sobre este estudo, posso contatar a equipe do Observatório do Terceiro Setor – FIJO através dos telefones (51) 32053130 / 32053135 ou pelo email otsfijo@fijo.org.br.

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos deste estudo e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, de ter lido o presente termo de consentimento livre e esclarecido, abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, concordo em participar deste estudo.

- Clique aqui para conhecer o questionário.
- Li e concordo com o Termo de Consentimento.

I. Apresentação do questionário

O questionário está dividido em 3 partes:

1. A primeira parte é sobre a organização.
 2. A segunda parte é sobre a gestão.
 3. A terceira e última parte trata da avaliação de impactos sociais.
- Para cada questão constam as orientações de como proceder e ao final do processo finalizar preenchimento.
 - Você poderá não preencher alguns campos, não sendo obrigatório seu preenchimento para seguir respondendo as questões seguintes.
 - Poderá, a qualquer momento, salvar o preenchimento do questionário, voltando a preenchê-lo posteriormente. (Código de acesso/CNPJ)

PARTE I SOBRE A ORGANIZAÇÃO

A. Dados de Identificação da Organização

Nome da Entidade ou Razão Social			
CNPJ:			
Endereço:		Nº	
Bairro:		Município:	
Cep:		Telefone:	
E-mail:		Website:	

Dados da pessoa que responde

Nome completo:		Telefone:	
Cargo que ocupa na entidade:		E-mail:	

A. Tipologia da Organização

1. Data da Fundação da Organização:	
-------------------------------------	--

2. **Forma jurídica da entidade:** (Baseado no Código Civil vigente, podem ser pessoas jurídicas de direito privado, que desenvolvam atividades de cunho social em prol do coletivo e sem fins lucrativos as **associações** e as **fundações**. Outras denominações como ONGs, Institutos, Entidades, OSCIP e Organização Social constituem-se formas não-jurídicas (mera denominação nos três primeiros casos e em qualificações aplicáveis à pessoa jurídica, nos últimos).

- Associação** (Pessoa jurídica criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa e que vise beneficiar outras pessoas – benefício público)
- Fundação** (Pessoa jurídica criada pela reunião de bens e sua destinação a uma finalidade determinada pelo instituidor, ou seja, um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma determinada causa de interesse público)

3. Tipo de certificação:

- Utilidade pública municipal**
- Utilidade pública estadual** (É o referendado, ou reconhecimento às Entidades que prestam serviços de utilidade pública no Estado. A Declaração de Utilidade Pública é concedida mediante ato do Secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social, publicado em Diário Oficial, que concede o Título levando em conta o parecer técnico emitido pela Comissão de Avaliação, nomeada por ele, através de Portaria.)
- Utilidade pública federal** (A declaração de utilidade pública, regulamentada pela Lei nº 91/35 e pelos

2. **Forma jurídica da entidade:** (Baseado no Código Civil vigente, podem ser pessoas jurídicas de direito privado, que desenvolvam atividades de cunho social em prol do coletivo e sem fins lucrativos as **associações** e as **fundações**. Outras denominações como ONGs, Institutos, Entidades, OSCIP e Organização Social constituem-se formas não-jurídicas (mera denominação nos três primeiros casos e em qualificações aplicáveis à pessoa jurídica, nos últimos).

- Associação** (Pessoa jurídica criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa e que vise beneficiar outras pessoas – benefício público)
- Fundação** (Pessoa jurídica criada pela reunião de bens e sua destinação a uma finalidade determinada pelo instituidor; ou seja, um patrimônio destinado a servir; sem intuito de lucro, a uma determinada causa de interesse público)

3. Tipo de certificação:

- Utilidade pública municipal**
- Utilidade pública estadual** (É o referendado, ou reconhecimento às Entidades que prestam serviços de utilidade pública no Estado. A Declaração de Utilidade Pública é concedida mediante ato do Secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social, publicado em Diário Oficial, que concede o Título levando em conta o parecer técnico emitido pela Comissão de Avaliação, nomeada por ele, através de Portaria.)
- Utilidade pública federal** (A declaração de utilidade pública, regulamentada pela Lei nº 91/35 e pelos decretos nº 50.517/61 e nº 3.415/00 é pré-requisito para solicitação do CEBAS. A declaração é outorgada pelo Ministério da Justiça à entidade que desenvolve atividades úteis ao público, de relevante valor social, que realiza o bem em prol da coletividade, e que cumpre os requisitos legais para fazer jus a tal titulação).
- CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social** (O CEBAS é o certificado que dá a isenção das contribuições sociais prevista no artigo 195, inciso 7º da Constituição Federal, que dispõe que “são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”. Este certificado foi expedido até novembro de 2008 pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOA0S. Desde então, a certificação passou a ser feita pelo Ministério responsável pela área de atuação preponderante, ou seja, Ministério da Saúde, Ministério da Educação ou Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)
- Outro. Citar: _____
- Sem certificação.
- Não sabe informar.

4. Tipo de qualificação:

- OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Federal** (É uma qualificação destinada a organizações que se qualificam como de interesse público e podem firmar Termo de Parceria com o Estado, sendo o Ministério da Justiça o órgão que avalia, reconhece e expede o certificado de OSCIP - Lei nº. 9790/99)
- OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Estadual** (É uma qualificação destinada a habilitar as Entidades Sociais a participarem de licitações públicas com o objetivo de firmar Termos de Parcerias com o Governo do Estado. A qualificação é concedida mediante ato do Secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social, publicado em Diário Oficial. Regulamentada na Lei Estadual nº 12.901, de 11 de janeiro de 2008)
- Organização Social** (é uma forma de qualificação para as organizações que realizam especificamente atividades dirigidas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde, até então desempenhadas diretamente pelo Poder Público. Essas organizações firmam contrato de gestão com o Estado para prestação de serviços - Lei nº. 9637/98)
Sem registro de qualificação.
Não sabe informar.

5. Qual abrangência territorial de atuação da instituição? (pode ser assinalada mais de uma opção)

- Internacional Nacional Estadual Municipal Micro Região da cidade
- Em uma comunidade específica da cidade Outro. Citar: _____

6. Qual é a Política Pública desenvolvida? (Se mais de uma resposta, priorize as três mais importantes)

- Assistência Social Meio ambiente Esporte Saúde Educação Outros. Citar: _____

7. O atendimento realizado pela organização é de forma direta ou indireta (formação, assessoria, consultoria, defesa de direitos)?

- Atendimento Direto Atendimento Indireto

Obs.: considera-se trabalho direto o desenvolvimento de serviços ou programas específicos e trabalho indireto, de promoção e defesa de direitos, de colaboração ou assessoria a entidades que exerçam estas atividades diretamente ou, por outro lado, entidades que tenham em suas finalidades a defesa do cidadão.

PARTE II

SOBRE A GESTÃO (Entendida como um processo que articula pensamento e ação na condução de uma organização, visando à realização de determinados fins através de diferentes técnicas e administrando a relação entre recursos, objetivos e serviço prestado)

1. Pessoas que fazem parte da organização

Tipo de Vínculo	Número de Pessoas
Funcionários	
Pessoas não Remuneradas	
Voluntários	
Estagiários	
Prestadores de Serviços	
Outros. Citar:	

2. Citar o número de profissionais que fazem parte da entidade e a respectiva jornada de trabalho semanal de cada um (x horas).

Profissional	Remunerados quantidade/jornada	Não-remunerados quantidade/jornada
Administrador		
Advogado		
Assistente Social		
Contador		
Enfermeiro (a)		
Pedagogo		
Psicólogo		
Médico		
Nutricionista		
Educadores Sociais de Nível Médio		
Oficineiros		
Secretário		
Serviços Gerais		
Assistente Administrativo		
Cozinheiro		
Outros. Citar:		

3. Origem dos recursos (pode ser marcada mais de uma opção)

- Recursos próprios
- Doações de empresas privadas
- Doações de pessoas físicas
- Recursos públicos /governo:
 - Municipal
 - Estadual
 - Federal
- Recursos internacionais

4. Sobre a origem dos recursos financeiros, informe o montante MENSAL (valor em reais) aproximado recebido dos fomentadores conforme as opções do item 1. ATENÇÃO: caso não tenha valores fixos mensais, fazer uma média dos últimos 12 meses.

Origem do Recurso	Montante (R\$)
Recursos Próprios	
Doações de Empresas Privadas	
Doações de Pessoas Físicas	
Recursos Públicos/governo municipal	
Recursos Públicos/governo estadual	
Recursos Públicos/governo federal	

5. De acordo com as afirmativas marque com X na coluna (sim, não, em parte, não se aplica).

	Sim	Não	Em parte	Não se Aplica
1. A missão da sua organização é o principal propósito a ser atingido.				
2. Os projetos desenvolvidos atendem a missão da organização.				
3. Sua organização realiza planejamento estratégico.				
4. Você encontra dificuldades para elaborar projetos Sociais.				
5. A captação de recursos é a principal meta da sua organização.				
6. O estatuto da organização está adequado ao Código Civil vigente.				
7. A organização elabora e publiciza a prestação de contas dos recursos recebidos para o desenvolvimento das atividades.				
8. Ocorrem reuniões sistemáticas com a equipe.				
9. As decisões são tomadas pela equipe diretiva.				
10. Os trabalhadores participem dos processos de tomada de decisão.				
11. Existem espaços instituídos para a participação dos usuários na organização e nos processos de tomada de decisão.				
12. Há um processo de avaliação de pessoas estabelecido na organização.				
13. Há um processo de avaliação de projetos estabelecido na organização.				

8. Assinale os conselhos em que sua organização possui registro e os respectivos âmbitos (municipal, estadual e federal):

Política Social	Municipal	Estadual	Federal
Conselho de Assistência Social			
Conselho de Saúde			
Conselho de Cultura			
Conselho dos Direitos Humanos			
Conselho de Direitos da Crianças e Adolescentes			
Conselho do Idoso			
Outros. Citar:			

9. Qual é o publico beneficiado? (Se mais de uma resposta, priorize as três mais importantes)

Política Beneficiado	Numero de Pessoas Atendidas Mensalmente
Crianças e Adolescentes	
Jovens	
Idosos	
Famílias	
Mulheres	
Pessoas em Situação de Rua	
Pessoas com Deficiência	
Outros. Citar:	

10. Qual é a principal área de atividade? (Se mais de uma resposta, priorize as três mais importantes)

- Atenção à saúde
- Programa de inclusão digital
- Programa sócio-cultural
- Programa família
- Serviço de apoio socioeducativo
- Programa habitacional
- Comunidade terapêutica
- Abrigagem / Casa Lar
- Instituições de longa permanência para Idosos
- Proteção às vítimas de violência
- Educação infantil
- Reabilitação (PCD's)
- Minorias étnicas
- Segurança / Justiça
- Outro. Citar: _____

Avançar

Voltar

Salvar

PARTE III

1. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS

Esta parte do estudo pretende analisar os impactos sociais das ações e experiências vivenciadas em sua entidade que demonstraram mudanças significativas. Para responder os itens seguintes escolha uma ação (Projeto ou Tecnologia Social) e descreva de acordo com as orientações.

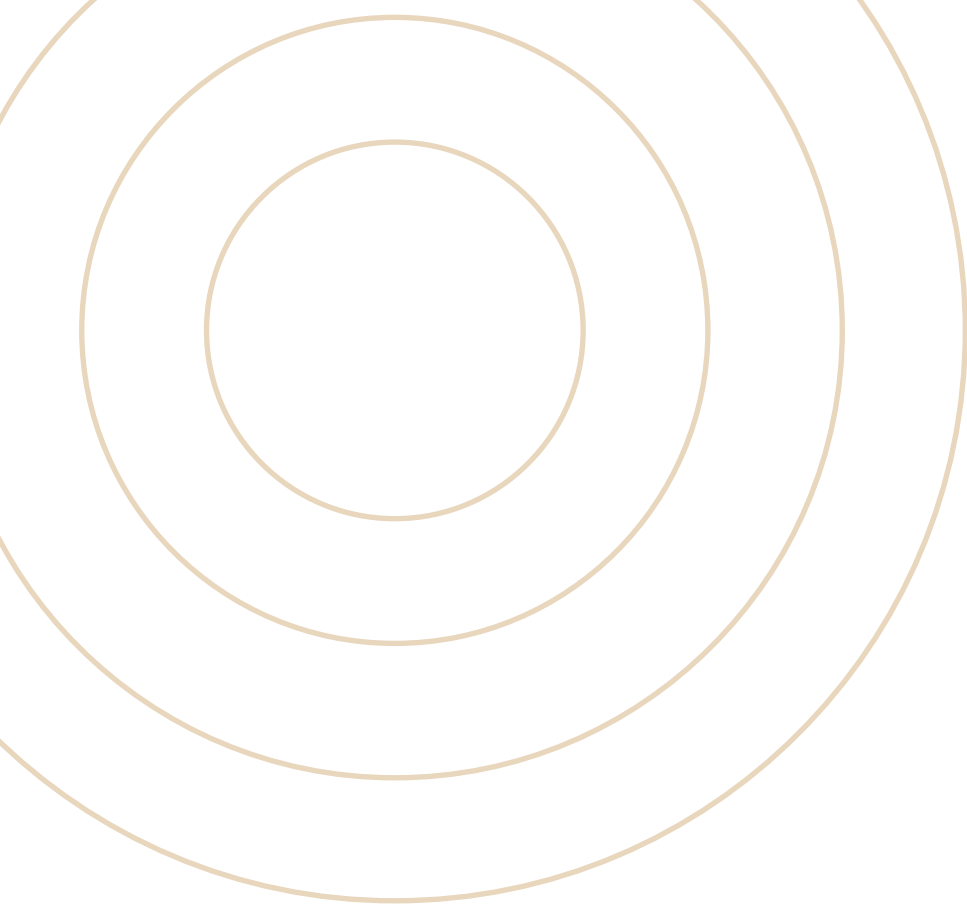
Obs.: Tecnologia Social, compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implantação (Fundação Banco do Brasil, 2009).

Título (do Projeto)
Tema (citar se é educação, geração de trabalho e renda, assistência social, habitação, meio ambiente ou outros)
Situação apresentada/ inicial (Descrever resumidamente qual era a situação inicial ou problemática encontrada)
Estratégia adotada (descrever o que foi realizado, o como, que tipo de atividades e abordagens, etc)
Objetivos (Citar os objetivos geral e específicos, se tiver)
Resultados alcançados/Situação atual (Descrever sobre os resultados, se os objetivos foram alcançados, e as mudanças que se sucederam tanto quantitativamente como qualitativamente)
Público beneficiado (Descrição e quantidade - citar pessoas atendidas: se crianças, adolescentes, famílias, gestores, lideranças comunitárias, etc. e citar a quantidade ao lado)
Parceiros (Citar as parcerias envolvidas na ação)
Mecanismo de monitoramento e avaliação (indicar como é realizado o acompanhamento da ação durante e no final da execução).
Observação final (campo livre para suas observações e/ou acrescentares outras informações que desejares)

2. Neste item você poderá indicar quais as principais dificuldades encontradas na execução do projeto (ou de projetos) da Organização.

Avançar Voltar

Salvar



GLOSSÁRIO

Amostra - A amostra diz respeito à população (indivíduos, comunidades, escolas, organizações, entre outros) que faz parte de uma pesquisa; seleciona unidades de análise de uma população claramente definida. Uma amostra representativa permite generalizar para a população os resultados obtidos na pesquisa. (Ver em : BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais. Porto alegre: UFRGS, 2008).

Área de atividade - Área de atividade refere-se aos núcleos de ação das entidades, como: atenção à saúde; programa de inclusão digital; programa sociocultural; programa família; serviço de apoio socioeducativo; programa habitacional; comunidade terapêutica; abrigagem/casa lar; instituições de longa permanência para idosos; proteção às vítimas de violência; educação infantil; reabilitação de PCD's; minorias étnicas; segurança e justiça.

Captação de recursos - A captação de recursos é uma prática necessária para a sobrevivência de toda e qualquer organização sem fins lucrativos que pressupõe formas de captação distintas de recursos financeiros com compatibilidade de interesses entre a missão da entidade e os doadores ou parceiros. Os recursos e financiamentos podem advir de governos das três esferas (municipal, estadual e federal), de indivíduos, de empresas privadas, de agências internacionais, entre outros. Além da captação de recursos financeiros existem os recursos humanos e materiais, que se distinguem. No caso dos recursos humanos, pode ser citado o exemplo do trabalho voluntário, por meio de doações de horas trabalhadas na entidade. Sugere-se substituir o uso da terminologia captação de recursos por mobilização de recursos.

Certificações - Utilidade pública estadual: É o referendado, ou reconhecimento às entidades que prestam serviços de utilidade pública no Estado. A Declaração de Utilidade Pública é concedida mediante ato do Secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social, publicado em Diário Oficial, que concede o Título levando em conta o parecer técnico emitido pela Comissão de Avaliação, nomeada por ele, por meio de Portaria. Utilidade pública federal: A declaração de utilidade pública, regulamentada pela Lei nº 91/35 e pelos decretos nº 50.517/61 e nº 3.415/00 é pré-requisito para solicitação do CEBAS. A declaração é outorgada pelo Ministério da Justiça à entidade que desenvolve atividades úteis ao público, de relevante valor social, que realiza o bem em prol da coletividade e que cumpre os requisitos legais para fazer jus a tal titulação). CEBAS é o certificado que dá a isenção das contribuições sociais prevista no artigo 195, inciso 7º da Constituição Federal, que dispõe que “são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”. Este certificado foi expedido até novembro de 2008 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAOS). Desde então, a certificação passou a ser feita pelo Ministério responsável pela área de atuação preponderante, ou seja, Ministério da Saúde, Ministério da Educação ou Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Conselhos - Os conselhos (municipal, estadual e federal) são instâncias colegiadas, de caráter permanente entre governo e sociedade civil, com poder normativo, deliberativo e controlador. Os conselhos formados por agentes públicos (conselheiros) da sociedade civil assumem responsabilidades, acessando espaços democráticos e participativos onde são tomadas as decisões e tornam-se sujeitos na formulação das políticas públicas. É a participação da população na gestão pública que garante aos cidadãos espaços para influir nas políticas públicas, além de possibilitar o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização das instituições públicas e ONGs, assegurando os interesses da sociedade.

Demandas Sociais - Demandas sociais são requisições técnico-operativas que exigem um determinado tipo de intervenção profissional para o atendimento das necessidades postas pelos sujeitos. As demandas sociais são resultado das diferentes expressões da questão social vivenciadas pela população, por determinada comunidade ou, ainda, por uma realidade local específica. As demandas sociais, muitas vezes, exigem a mobilização de diferentes saberes e/ou profissões para que se possa dar conta coletivamente do

atendimento da demanda posta.

Estatuto - Estatuto é a lei orgânica de um Estado, sociedade ou associação. No caso das entidades sem fins lucrativos, há a exigência legal de que todas elaborem seu Estatuto.

Forma jurídica da entidade - De acordo com o Código Civil, podem ser pessoas jurídicas de direito privado as organizações que desenvolvem atividades de cunho social em prol do coletivo sem fins lucrativos. Existem duas formas jurídicas: Associação e Fundação.

Associação: pessoa jurídica criada a partir da união de ideias e esforços coletivos de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa e que vise ao benefício de outras pessoas (benefício público).

Fundação: pessoa jurídica criada pela reunião de bens e sua destinação a uma finalidade determinada pelo instituidor, ou seja, um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma determinada causa de interesse público.

Gestão - Gestão é o processo por meio do qual uma ou mais ações são planejadas, organizadas, dirigidas, coordenadas, executadas, monitoradas e avaliadas, tendo em de vista o uso racional e a economia de recursos (eficiência), a realização dos objetivos planejados (eficácia) e a produção dos impactos esperados sobre a realidade do seu público-alvo (efetividade). Envolve a mobilização e o trabalho de pessoas, a organização e as estruturas, o embate de ideias, a construção de consensos, o uso de tecnologias e instrumentos informacionais necessários à tomada de decisões e a implementação das ações.

Impacto social - O impacto social é um processo que permite uma avaliação dos efeitos do desenvolvimento de um projeto sob diferentes aspectos: na qualidade de vida, no desenvolvimento humano, na educação, no nível de renda, na geração de empregos, nos programas e serviços sociais, no acesso a bens de consumo, na questão de gênero, na mortalidade infantil, na fome e na desnutrição, no acesso à saúde, no saneamento básico, na água tratada, na segurança, no desenvolvimento local e no acesso à informação. Pode-se dizer que o impacto social ocorre quando há uma transformação da realidade de uma comunidade ou região a partir de uma ação planejada, monitorada e avaliada. Isso é possível dimensionar, em um processo de avaliação de resultados, quando se detecta que o projeto efetivamente produziu os resultados que pretendia alcançar, conforme seus objetivos, afetando a característica da realidade e/ou situação que queria modificar.

Inovação social - A inovação social acontece quando se encontram novas soluções para as necessidades sociais. Para resolver os problemas da exclusão social, da falta de qualidade de vida e da falta de participação cívica e democrática, é preciso encontrar novas soluções e reinventar as atuais, para que tenham mais qualidade, mais impacto e mais eficiência (Congresso Internacional de Inovação social). A inovação social é definida a partir da sua capacidade de transformar relações de poder, o que implica expansão da cidadania e redução da exclusão social; construção de novos sujeitos políticos; transformação das práticas e processos de gestão pública; desenvolvimento de novos instrumentos e metodologias de planejamento, tomada de decisões, implementação e avaliação de políticas públicas.

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Federal (OSCIP) - É uma qualificação destinada a organizações que se caracterizam como de interesse público e podem firmar Termo de Parceria com o Estado. O Ministério da Justiça é o órgão que avalia, reconhece e expede o certificado de OSCIP, conforme a Lei nº. 9790/99.

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Estadual - É uma qualificação destinada a habilitar as entidades sociais a participarem de licitações públicas, com o objetivo de firmar Termos de Parcerias com o Governo do Estado. A qualificação é concedida mediante ato do Secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social, publicado no Diário Oficial; é regulamentada na Lei Estadual nº 12.901, de 11 de janeiro de 2008.

Organização Social - Organização social é uma forma de qualificação para as organizações

que realizam especificamente atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente, à cultura e à saúde, até então desempenhadas diretamente pelo Poder Público. Essas organizações firmam contrato de gestão com o Estado para prestação de serviços, conforme a Lei nº. 9637/98.

Missão - A missão é a razão de ser da organização e implica conhecer o público envolvido e beneficiado com a finalidade proposta. Implica saber o que se quer e o compromisso.

Monitoramento e avaliação - O processo de monitoramento organiza o acompanhamento regular das atividades dentro de seus respectivos escopo, prazo e custo, e a avaliação representa os momentos de valoração dos efeitos e dos sentidos mais gerais da ação. Portanto, enquanto o monitoramento pergunta “como as atividades foram realizadas, com que resultados” e “que ajustes são necessários”, a avaliação indaga sobre “em que medida o que foi feito e alcançado realiza os objetivos pretendidos” e “como rever e calibrar a estratégia de ação”, além de “por que determinadas coisas não saíram a contento” e “como explicar efeitos inesperados.”
(<http://www.acicate.com.br/portas/monitorando.pdf>)

Objetivo - O objetivo refere-se à finalidade ou ao propósito de determinada ação. Indica a intencionalidade, onde se pretende chegar e quais resultados ou efeitos se pretende obter com as ações propostas e desenvolvidas. Os objetivos devem estar sempre em sintonia com a metodologia (o como fazer para atingir tais resultados).

Pesquisa - A pesquisa é um instrumento de investigação para o conhecimento de uma determinada realidade que alimenta a atividade de ensino, as atividades organizacionais e as atividades de diferentes segmentos da sociedade e que a atualiza frente à realidade. É uma atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. A pesquisa vincula pensamento e ação. As questões da investigação estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas por determinada situação, fenômeno ou realidade social. Possui uma relevância social no que diz respeito ao conhecimento da realidade e a capacidade de influenciar na tomada de decisões para a formulação e a implementação de políticas sociais, por exemplo.

População Beneficiada - População beneficiada são as pessoas destinatárias das ações realizadas. O adjetivo beneficiada pressupõe que tais ações devam favorecer ou contribuir de algum modo com os participantes e/ou envolvidos.

Política Pública - As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisão que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada (educação, saúde, assistência social, habitação, entre outras). As designações política social e política pública são “políticas de ação”. (Ver em: HOFLING, Eloisa. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº55, novembro, 2001). Embora a política pública seja regulada e freqüentemente provida pelo Estado, ela também engloba demandas, escolhas e decisões privadas (e devendo) ser controlada pelos cidadãos (controle democrático). “Toda política pública compromete o Estado, na garantia de direitos, mas compromete também a sociedade na defesa da institucionalidade legal e integridade dessa política.” (Ver em: PEREIRA, Potyara. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2009:174)

Projeto Social - Projeto social é um empreendimento planejado que consiste em um conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com o objetivo de alcançar metas específicas que contribuam para transformação social, dentro dos limites de orçamento e tempo. Os projetos fazem parte da instrumentalidade da ação de grupos e profissionais que delimitam a intervenção em relação a objetivos, metas, formas de atuação, prazos, recursos, responsabilidades e avaliação. É por meio dos projetos sociais que se torna possível organizar ações e práticas sociais que desencadeiem a transformação de determinada realidade social. Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) do Ministério de Desenvolvimento Social, os projetos são investimentos econômico-sociais em grupos populacionais que se encontram em situação

de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, em articulação com as demais políticas.

Planejamento estratégico - Planejamento estratégico é uma ação que permite traçar o caminho mais adequado para se alcançar os objetivos propostos (a missão da organização). Subsídium um conjunto de programas, projetos e ações de uma determinada organização. Significa o contrário da improvisação. É um tipo de plano que manifesta as intenções de uma organização e das pessoas envolvidas. Instrumento de trabalho fundamental para a garantia da sustentabilidade, da efetividade, da eficiência e da eficácia da gestão organizacional.

Prestação de contas - A prestação de contas é a transparência do processo de gestão, pois mostra à sociedade os resultados do trabalho realizado e a forma como são utilizados os recursos financeiros.

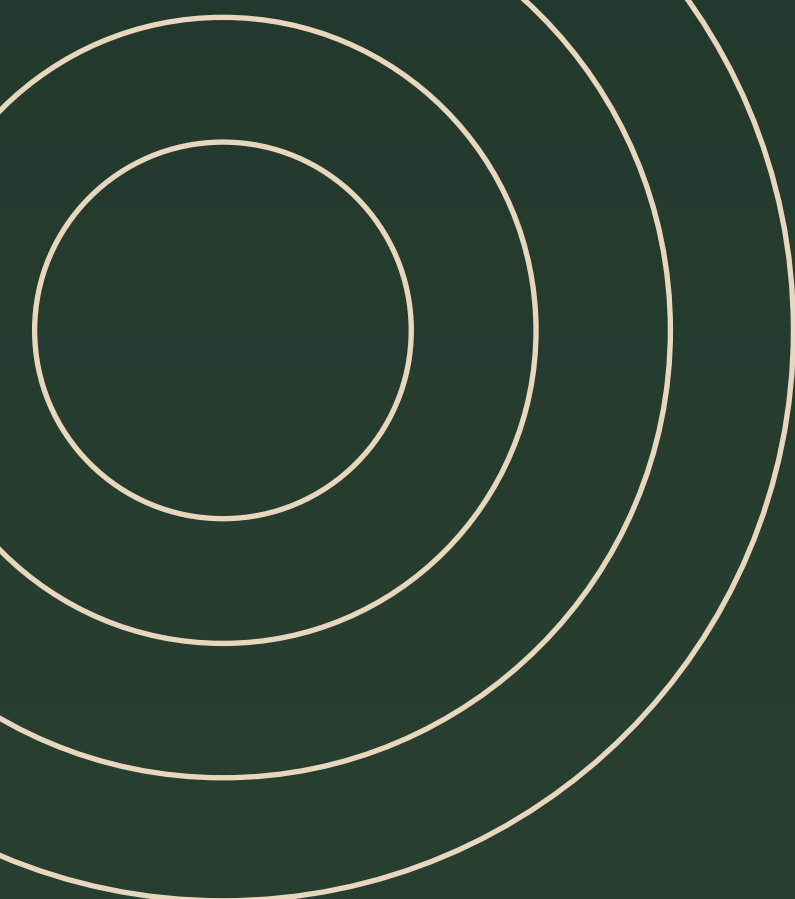
Processos de tomada de decisão - Os processos de tomada de decisão referem-se às ações realizadas com a finalidade de se fazer determinada escolha, ou seja, são os modos e procedimentos por intermédio dos quais as pessoas se organizam para executar alguma ação. Por exemplo: realização de estudos e levantamentos, análise e avaliação da situação ou do objeto, para, imediatamente, adotar uma posição frente à situação em questão.

Reuniões sistemáticas - As reuniões sistemáticas são um instrumento que compõe a organização de um processo de trabalho. É um encontro entre diferentes pessoas; tem uma continuidade determinada: diária, semanal, mensal, bimestral, entre outras.

Situação inicial - Este termo é utilizado para se referir à realidade vivenciada pelas pessoas e/ou grupos antes da iniciativa de intervenção (neste caso, da execução do projeto social). Utiliza-se esse termo em contraposição ao resultado final.

Terceiro Setor - A existência de um Terceiro Setor pressupõe um Primeiro e um Segundo, ou seja, o Estado e o mercado, respectivamente. A referência do Terceiro Setor com o Estado e o mercado é indireta, uma vez que é obtida pela negação, “nem governamental, nem lucrativo”. De uma forma mais explícita, pode-se dizer que Terceiro Setor é um termo designado a um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público. O Terceiro Setor pode ser entendido como o conjunto de organizações com fins públicos, mas de caráter privado; essas organizações são regidas pelo direito privado, mas sem objetivos mercantis. O Terceiro Setor é um “complexo e heterogêneo”, pois são “incontáveis e os mais diversos os prestadores de serviços que compõem a sociabilidade cotidiana desse setor: ONGs, fundações empresariais, associações e instituições filantrópicas, entre outros.

Tecnologia Social - Segundo a Rede de Tecnologia Social (RTS - www.rts.or.br), compreende-se Tecnologia Social como produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, que são desenvolvidos em interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social.



Fundação Irmão José Otão

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 2 - 90.610-001 - Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: 51 3205.3100 - Fax: 51 3205.3115

www.fijo.org.br